

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**JOSÉ CARLOS GOMES FERREIRA**

**SITUAÇÕES DE RUA: O sofrimento social no centro do debate**

Belo Horizonte – MG  
2022

José Carlos Gomes Ferreira

SITUAÇÕES DE RUA: O sofrimento social no centro  
do debate

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,  
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-  
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Orientador/a: Professora Doutora Cecília Ribeiro da Silva

BELO HORIZONTE

2022

## Ficha Catalográfica

FERREIRA, José Carlos Gomes.

SITUAÇÃO DE RUA: o sofrimento social no centro do debate/ José Carlos Gomes Ferreira. Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2022.

Quantidade de folhas f.88:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2022.

Orientador/a: Maria Cecilia Ribeiro da Silva

José Carlos Gomes Ferreira

SITUAÇÃO DE RUA: o sofrimento social no  
centro do debate

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

---

Profa. Dra. Maria Cecilia Ribeiro da Silva. Orientadora  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Dra. Luciana Marin Ribas. 2º membro da banca  
FGV

---

Profa. Dra. Fernanda Cavalcanti de Medeiros. 3º membro da banca  
TJ/ Paraíba

---

Prof. Dr. Peddro Octávio Gonzaga Rodrigues (suplente)  
FAEMA/UNIFAEMA

*Aos familiares das pessoas que se encontram em situação de rua, especialmente às mães: Maria, Nice e Vida.*

*Aos meus filhos, Raniery, Ramon, Rayssa e Ray. À minha companheira Rosiane e a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para esta dissertação.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. M.<sup>a</sup> Cecília Ribeiro, pela dedicação, paciência, importantes orientações, sugestões e contribuições. Aos membros da banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Cavalcanti de Medeiros e a Prof.<sup>a</sup> Doutora Luciana Marin Ribas, titulares da banca, e ao Professor Doutor Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues, suplente, pelo interesse e disponibilidade.

Agradeço ao amigo Jakson Andrade, pelo apoio; Vida, Índia Livre, Joy, Alemão Paulista, Maria, Nice, Laura e Sr. McLaren pela confiança em confidenciar suas histórias de vida; às professoras Dr.<sup>a</sup> Ana Petronetto e Marineli e ao Prof. Dr. Claudio Litig pelas leituras, longas conversas, críticas, motivações e sugestões; aos jornalistas AC, Suzana Tatagiba e Luciano Ribeiro, este último, integrante da Pastoral do Povo de Rua, pelas disponibilidades e sugestões; ao Padre Kelder Brandão, Coordenador do Vicariato para Ação Social, Política e Ecumênica da Arquidiocese de Vitória, a Roberto Domingos, da Comunidade Santa Luzia, da Paróquia de Maruípe, pelas contribuições nas intermediações e pela disponibilidade em conversar e contribuir com este trabalho e de forma muito especial à professora Mirian Hesse, pelas sugestões disponibilidade em contribuir nas correções.

Aos meus filhos Raniery, Ramon e Ray, pela incansável disposição em acompanhar-me nas entrevistas, pelas trocas de impressões, contribuições nas confecções de gráficos, leituras e discussões do tema. À minha filha Rayssa e à minha companheira Rosiane, pelo incentivo, paciência e apoio.

## RESUMO

O estudo tem como objeto compreender a partir das histórias de vida de pessoas em situação de rua, que mantêm vínculos familiares, como o sofrimento social agiu para a inserção dessas pessoas nessa situação e até que ponto o Estado pode ou poderia atuar para prevenir males e promover direitos. Parte da discussão dos causadores da situação de rua definidos por Silva (2006) referem-se a fatores estruturais, biográficos e naturais, estudados para fins de análise de complexidade da realidade social e individual da população em situação de rua em Vitória/ES. Para tanto, o estudo também busca resgatar o processo histórico, político e econômico do Espírito Santo para compreender o contexto no qual se organiza a sociedade, bem a organização da proteção social da população em situação de rua na cidade investigada. Nesse contexto, foram entrevistadas três pessoas em situação de rua e quatro familiares, a partir da inspiração no método da história de vida, a fim de compreender as tessituras das histórias, tendo em vista o entrelaçamento de objetividade e subjetividade. Por fim, são apresentadas contribuições para que as políticas públicas atuem mais efetivamente junto à população em situação de rua.

**Palavras-Chave:** População em situação de rua; sofrimento social; fatores indutores; história de vida; políticas públicas.

## ABSTRACTO

El estudio tiene como objetivo comprender, a partir de las historias de vida de personas sin hogar, que mantienen vínculos familiares, cómo actuó el sufrimiento social para insertar a estas personas en esta situación y en qué medida el Estado puede o podría actuar para prevenir males y promover derechos. Parte de la discusión de las causas del sinhogarismo definidas por Silva (2006) se refiere a factores estructurales, biográficos y naturales, estudiados con el objetivo de analizar la complejidad de la realidad social e individual de la población sin hogar en Vitória-ES. Por lo tanto, el estudio también busca rescatar el proceso histórico, político y económico de Espírito Santo para comprender el contexto en el que se organiza la sociedad, así como la organización de la protección social para la población sin hogar en la ciudad investigada. En ese contexto, fueron entrevistadas tres personas sin hogar y cuatro familiares, a partir del método de inspiración en la historia de vida, con el fin de comprender las texturas de los relatos, en vista del entrelazamiento de objetividad y subjetividad. Finalmente, se presentan aportes para que las políticas públicas actúen de manera más efectiva con la población en situación de calle.

**PALAVRAS-LHAVE:** Población sin hogar; sufrimiento social; factores inductores; historia de vida; políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The study aims to understand from the life stories of homeless people, who maintain family ties, how social suffering influenced these people to be in this situation and to what extent the State can or could act to prevent and promotion of rights. Part of the discussion of the factors that can lead to homelessness defined by Silva (2006), being structural, biographical and natural factors to analyze the complexity of the social and individual reality of the population in Vitória/ES. Therefore, it also seeks to rescue the historical, political and economic process of Espírito Santo to understand the context in which society is organized. As well as on how the social protection of the homeless population in Vitória/ES is organized. In this context, three homeless people and four family members were interviewed, based on an inspiration in the life story method, in order to understand the textures of the stories in view of the intertwining of the elements of objectivity and subjectivity. Finally, contributions are presented so that public policies can have a more effective action with the homeless population.

**KEYWORDS:** Homeless population; social suffering; inducing factors; life's history; public

## LISTA DE SIGLAS

ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais APA –

Associação Portuguesa de Antropologia

ASO – Auxiliar de Serviço Operacional BPC – Benefício de Prestação Continuada CAD –

Centro de Atendimento Dia CadÚnico – Cadastro Único

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial CEB – Comunidade Eclesial de Base

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua

CF 88 – Constituição Federal de 1988

CIEC – Comércio Indústria e Engenharia Capixaba Ltda CLAS – Comissão Local de

Assistência Social

COMASV - Conselho Municipal de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social CST – Companhia

Siderúrgica de Tubarão

FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo

FESBEM – Fundação Nacional Espírito-Santense do Bem-Estar do menor

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica IJSN – Instituto

Jones dos Santos Neves

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social MG – Minas Gerais

MNPS – Movimento Nacional da População de Rua Mw – Escala de Magnitude de Momento

PAMC – Posto de Atendimento ao Migrante Cidadão

PEA – População Econômica Ativa

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória PO – Pastoral Operária

PREVE-RUA – Programa de Prevenção à Situação de Rua PSR – População em Situação de Rua

RGV – Região da Grande Vitória

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SETGER – Secretaria do Trabalho e Geração de Renda

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITOS E TESSITURAS</b>	<b>20</b>
1.1 Fatores Indutores de Pessoas a Viverem em Situação de Rua	22
1.1.1 Fatores Estruturais	23
1.1.2 Fatores Biográficos	27
1.1.3 Fatores da Natureza...	28
1.2 Sofrimento Social	29
<b>2 - REMEMORANDO VITÓRIA-ES E A PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</b>	<b>33</b>
2.1 A Erradicação dos Cafezais e suas consequências	35
2.2 Exaustão das terras passíveis de ocupações	36
2.3 Atenção à População Adulta em Situação de Rua em Vitória	38
2.3.1 Proteção Social	41
<b>3 - MÉTODO DE PESQUISA E RESULTADOS</b>	<b>44</b>
3.1 Histórias de vida	47
3.1.1 A história de Índia Livre	47
3.1.2 A História de Alemão Paulista	60
3.1.3 A História de Laura	61
3.2 Acordos e desacordos entre as histórias de Índia Livre, Laura e Alemão Paulista	66
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>68</b>
<b>5 - REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>
<b>Apêndice A - Programa de prevenção à situação de rua – PREVE-RUA</b>	<b>80</b>
<b>Anexo A – Estátua Dona Domingas.....</b>	
<b>Anexo B – Texto Índia Livre.....</b>	

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema central a compreensão dos fatores que levaram à situação de rua, tendo como foco da discussão o sofrimento social. Daí o título: “Situações de Rua: o sofrimento social no centro do debate”.

O interesse em pesquisar o tema não é novo em minha trajetória. Atuei com a População em Situação de Rua (PSR) em 2008, quando exercia a função de subsecretário do apoio ao trabalhador, na Secretaria do Trabalho e Geração de Renda (SETGER), na Prefeitura Municipal de Vitória. Na oportunidade, fizemos um curso de qualificação profissional para pessoas em situação de rua em parceria com o Centro Pop<sup>1</sup>. Mais tarde, de 2012 a 2014, cursei na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) uma pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas. Em minha monografia de pós-graduação trabalhei com o processo de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra de pessoas em situação de rua como fator de emancipação social. Encontrei, durante a pesquisa para embasar a monografia da pós-graduação, três pessoas da minha relação pessoal vivendo em situação de rua. Um era operário da construção civil, cujo histórico de vida influenciou muito a escolha do recorte desta pesquisa. Os outros dois foram colegas na adolescência.

O que levou essas pessoas a viverem em situação de rua? Foi a pergunta que me fiz à época e permanece ecoando em minhas reflexões. As respostas, até então por mim encontradas na literatura me pareciam insuficientes: desavença com familiares, consumo abusivo de álcool, uso de drogas, *inter alia*. A literatura apresenta uma multicausalidade de fatos e fatores que combinados ou associados, levam ou podem levar alguém a viver em situação de rua. Segundo Silva (2006) não há consenso concernente aos fatores que levam à situação de rua: o denominador comum reside no fato de que esse fenômeno não se explica a partir de um único fator determinante.

Castel (1998) aponta que o desemprego, catástrofes naturais, guerras, êxodo rural, efeitos de políticas econômicas e tecnológicas, entre outros, são causas estruturais da miséria social.<sup>2</sup> Afirma que o declínio da sociedade salarial desencadeia o processo de transmutação

---

<sup>1</sup> Centro pop: o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é uma instalação pública cuja finalidade é fornecer assistência a pessoas que vivem em situação de rua. O Centro pop oferta serviços como atividades de reinserção familiar e/ou comunitária; condições para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; meios de construção ou reconstrução de novos projetos de vida dos cidadãos (MDS, 2005).

<sup>2</sup> A sociedade salarial à qual Castel (1998) se refere diz respeito à sociedade francesa das últimas décadas do

pela qual passam os trabalhadores até se encontrarem em situação de rua.<sup>3</sup> O processo tem início com o desemprego em massa, quando muitos permanecem desempregados por longo tempo e passam pela precarização do trabalho, que leva ao processo de desfiliação.

A zona de desfiliação é ocupada, conforme Brandão (2002), pelos desempregados e que por isso, acabam perdendo as relações construídas, seja no trabalho ou na vizinhança. O desmantelamento da sociedade salarial fez ressurgir a figura dos “supranumerários”, trabalhadores que não conseguem emprego, os “inempregáveis, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente” (CASTEL, 1998, p. 21). Essas pessoas não contam com proteção social adequada do Estado (BRANDÃO, 2002).

O desemprego, a competitividade extrema, a precariedade no trabalho, a insegurança no emprego, os baixos salários, a perda dos benefícios e de proteções aos trabalhadores resultantes do neoliberalismo (HARVEY, 2008, p. 86), têm levado a sofrimento social, doenças físicas e psicológicas, desentendimento familiar e a fuga por meio de substâncias psicoativas que, em inúmeros casos, resultam em situação de rua.

Nessa direção, Silva (2006) concebe a PSR atual como consequência das mudanças no mundo do trabalho e sua gênese como resultado da separação do trabalhador dos meios de produção. Assim, em busca de garantir a própria sobrevivência e dos seus, foi necessário ao trabalhador vender o único bem que possui, sua força de trabalho. No processo da acumulação primitiva, os camponeses não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que tiveram de sair das terras e alternar seus modos de vida, razão pela qual muitos tornaram-se “mendigos” ou praticantes de roubos por força das circunstâncias (SILVA, 2006).

Essa autora classificou em três grandes grupos os fatores indutores de pessoas a viverem em situação de rua apresentados pela literatura, são eles: a) estruturais, b) biográficos e c) fatos da natureza ou desastre em massa, como veremos no capítulo primeiro.

Toda esse processo demonstra, nem sempre com nitidez, o nosso histórico de insensibilidade, exploração e tolerância ao sofrimento de nossa gente e remonta dos períodos colonial e imperial; o genocídio de indígenas, narrado por Pereira (2018), os casos de escravização, estupro e tortura exercida por centenas de anos ao povo de origem africana em

---

século XX, próxima do “pleno emprego” perseguido pela teoria econômica keynesiana. Era uma sociedade na qual o regime assalariado generalizou-se e a condição de trabalhador assalariado deixou de ser sinônimo de pauperismo para representar a própria possibilidade de integração à vida social (BRANDÃO, 2002, p. 143-144).

<sup>3</sup> Castel (1998) utiliza os termos “mendigos, vagabundos”, não mais utilizados na literatura pela carga. Aqui foi feita a adaptação ao termo mais atual, “população em situação de rua”.

nosso país, como afirmam Maringoni (2011), Nogueira (2011) e Gadelha (1989) e cuja reparação ainda hoje encontra resistência. Do mesmo nível de insensibilidade e intolerância foram os encarceramentos em manicômios dos indesejados, conforme Amarante (2018), Brito (2013) e Perini (2003) denunciam. Nossa tolerância e insensibilidade à violência também se expressa na naturalização da existência de pessoas em situação de rua. Tratamos como algo normal pessoas sem casa, sem comida e vivendo nas ruas. Fingimos não as ver, tornando-as “invisíveis”.

Até hoje a PSR não é contemplada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o principal estudo do País de elaboração de indicadores sociais e políticas públicas. A inclusão da PSR no censo tem constituído pauta de reivindicações, contudo ainda não houve alteração. A ausência de dados oficiais sobre a PSR evidencia a invisibilidade de direitos desta população, o que também implica a necessidade na pauta da urgência de investimentos em políticas públicas para esse grupo. Visando suprir essa lacuna, em 2016 o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) estimou, a partir dos dados do Censo SUAS e do CadÚnico, o número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil e apontou o montante de 101.854 pessoas nessa situação.

Farias e Diniz (2019), com base na Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua (2008) e na sua própria pesquisa na cidade de Natal-RN, apontam como principais fatores da exposição à situação de rua os problemas com álcool e/ou outras drogas, desemprego e desavenças com familiares. Segundo esses autores, cerca de 70% das pessoas entrevistadas pela pesquisa nacional de população em situação de rua citaram pelo menos uma dessas motivações para estarem nessa situação (FARIAS e DINIZ, 2019, p. 39).

Uma pesquisa elaborada em 2017 pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES apontou mais de 25 (vinte e cinco) fatores motivadores e indutores à situação de rua, com destaque para problemas familiares, álcool e outras drogas, e perda de trabalho. Um fator de grande relevância captado pela referida pesquisa é o fato de que muitas dessas pessoas que estão em situação de rua têm familiares residentes na cidade na qual vivem ou em cidades vizinhas, e em muitos casos não há ruptura total de vínculos. As pessoas em situação de rua mantêm contato, senão cotidianamente, com muita ou com relativa frequência com seus familiares. Segundo dados da pesquisa do IJSN (2018, p.64) a maior parte dos entrevistados respondeu que mantém contato diário, semanal ou com os familiares. Com relação às principais formas de contato com familiares, a maior parte (49,2%) respondeu que mantém contato por telefone e 35,7 visitam à residência dos familiares.

Nesse contexto, pode-se afirmar que há inúmeras circunstâncias, conforme a literatura aponta, causadoras da situação de rua. Assim, parece não haver um único perfil de PSR, o que complexifica não apenas sua conceituação, mas a caracterização do fenômeno. Há pessoas em situação de rua, senão todas, cuja trajetória é marcada pelas questões sociais. Contudo, considerando as questões sociais como atravessadores comuns numa sociedade tão desigual como a nossa, impõem-se a pergunta: como essas questões podem levar algumas pessoas, e não outras, nas mesmas condições, a viver em situação de rua? Quais fatores levaram à situação de rua?

É a fração da população em situação de rua que mantém vínculos familiares, mas ainda assim permanece em situação de rua, que é objeto de estudo desta pesquisa. As relações familiares não conseguem oferecer o suporte necessário para a superação da situação de rua? O que perpassa essas relações?

Uma dimensão da vivência refere-se aos elementos da subjetividade, da singularidade de cada vida, perpassando, desse modo, também a forma como cada pessoa reage subjetivamente ao sofrimento social. Nosso entendimento é que não se trata de ser ou não resiliente frente ao sofrimento social, mas do que este causou nessa ou naquela pessoa.

Amarante (2018)<sup>4</sup>, pioneiro na luta antimanicomial e atuante na reforma psiquiátrica no Brasil, chama a atenção para uma confusão comum entre doença e sofrimento. Para Amarante, doenças são alterações bioquímicas, enquanto o sofrimento é um processo que ocorre em função de uma catástrofe, crise econômica ou política.

Sawaia (2014) cunha o conceito de sofrimento ético-político para denominar o sofrimento não vinculado a uma dimensão meramente individual, mas estabelecido como produto da situação social da exclusão social vivenciada pelo sujeito. Segundo Bouyer (2015), o sofrimento social refere-se a um sofrimento ligado à insatisfação das necessidades fundamentais e contempla entraves nos corpos e mentes, além do enfraquecimento ou ausência dos recursos sociais para enfrentar as dificuldades.

A questão do sofrimento social, conforme Werlang e Mendes (2013), não é nova, encontrando-se presente em vários autores da sociologia clássica, como Durkheim, Marx e Engels e Weber, embora tenha sido por eles tratada como inspiração ou, influência em seus

---

<sup>4</sup> Paulo Amarante, coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Laps/ENSP/Fiocruz), pioneiro na luta antimanicomial, atuante na reforma psiquiátrica no Brasil e um dos organizadores do livro “Colônia: uma tragédia silenciosa”.

estudos e não como fundamento.

Nesse contexto, compreende-se a concepção de Bouyer (2015) e Sawaia (2014) do sofrimento social e ético-político como base para o desenvolvimento deste estudo. Uma vez que essa compreensão de sofrimento social pode iluminar várias configurações e desfechos aos indivíduos que sofrem na dimensão individual as consequências do processo de vulnerabilidade social, desde os adoecimentos e à situação de rua como expressão de algumas dessas faces advindas do sofrimento social.

Em busca de reflexões sobre esses questionamentos, esta pesquisa qualitativa se organizou a partir do objetivo de compreender os fatores que levaram pessoas com vínculos familiares a estarem e permanecerem em situação de rua. Para tanto, foi elaborado o levantamento bibliográfico que visou a fundamentação teórica, uma retrospectiva histórica dos fatores estruturais na cidade de Vitória-ES e apontou o início do olhar do Estado à atenção a PSR no município.

Três pessoas em situação de rua foram entrevistadas, presencialmente, na cidade de Vitória-ES, de forma complementar, outras quatro pessoas, familiares das pessoas em situação de rua, também foram entrevistadas, com a finalidade de ampliar o olhar para esses relatos e consequentemente para contribuir na compreensão do fenômeno, a partir de um método inspirado na história de vida (NOGUEIRA, BARROS e ARAÚJO, 2017).

O estudo buscou também apresentar elementos capazes de contribuir para a elaboração de um programa de prevenção à situação de rua, com vistas a contribuir com a política pública da capital do estado do Espírito Santo.

Partimos da hipótese de que os diversos fatores tidos pela literatura como indutores de pessoas a viverem em situação de rua são geradores de sofrimento social. Assim sendo, foi necessária uma análise mais atenciosa da influência do sofrimento social nas pessoas em situação de rua. A heterogeneidade dos fatores muitas vezes se intersecciona com agravante, podendo também, em alguns casos, exercer a função de atenuantes ao sofrimento social.

Nesse sentido, a relevância desta pesquisa está em trazer atenção para a população em situação de rua, que tem sido invisibilizada na garantia de direitos. Ao trazer o sofrimento social para o centro do debate deste grupo, busca-se ampliar “uma lente apropriada para olhar as relações profundas entre experiências subjetivas do mal-estar e aos processos históricos e sociais mais amplos” (PUSSETTI e BRAZZABENNI, 2011, p.468). Assim, consideramos este trabalho relevante tanto do ponto de vista social quanto do acadêmico.

Compreende-se a problemática envolvendo a PSR como multifacetada, o que requer investimentos em políticas públicas multidisciplinares, transversais e intersectorializadas que

integrem Estado e sociedade civil. No âmbito municipal necessita-se envolvimento das Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Renda e Economia Solidária, entre outras. No contexto da cidade de Vitória-ES, local de execução da pesquisa realizada, é fundamental o envolvimento do Coletivo Territorial de Proteção Social, integrado por coordenadores do CRAS e por técnicos de referência dos serviços da assistência social cuja tarefa, conforme Petronetto Serpa (2010, p.18), “é fazer a gestão territorial local e colegiada de proteção social”. Tão importante quanto o coletivo, é a participação da Comissão Local de Assistência Social (CLAS), que nas palavras de Petronetto Serpa (2010, p.18), “é a voz dos moradores e exerce o controle social da assistência social no âmbito local e é quem leva as situações de vulnerabilidade do território”. Consideramos de grande importância a participação das Pastorais do Povo de Rua e, quando possível, de famílias das pessoas em situação de rua. Além disso, é fundamental a participação de representantes dos movimentos sociais organizados, especialmente do Movimento da População em Situação de Rua.

## 1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITOS E TESSITURAS

Nosso arcabouço teórico tem como base o conceito de População em Situação de Rua (PSR), em conformidade com o parágrafo único do artigo primeiro do Decreto Federal nº 7.05, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População de Rua e definiu a PSR como:

Grupo heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, que tem os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e que não possui uma moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e às vezes áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Diante da heterogeneidade da PSR, também é importante definir o que é comum às pessoas em situação de rua. Desse modo, a Política Nacional para a PSR (2009) traz um importante marco conceitual, caracterizando a PSR como grupo heterogêneo, em situação de pobreza extrema ou absoluta. Esse ponto é pacífico entre estudiosos do tema, assim definindo uma situação de classe, mas aponta também o risco para a fração da população beirando o limiar da situação de rua. Além disso, também destaca a fragilidade ou ruptura dos vínculos familiares, bem como, a ausência de moradia regular, com o uso de espaços públicos (praças, calçadas), áreas degradadas e/ou serviços de acolhimento como moradia provisória.

Rocha (2006) classifica e define pobreza a partir de dois conceitos: pobreza relativa e pobreza absoluta. O primeiro considera necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em determinada sociedade, enquanto o segundo refere-se a questões de sobrevivência física, ou seja, ao desatendimento das necessidades mínimas para a sobrevivência. O conceito de pobreza absoluta só se aplica a uma das classes fundamentais do capitalismo, a classe trabalhadora, uma vez que sua antagonista é a detentora dos meios de produção e do capital. Assim, somente a classe trabalhadora pode encontrar-se em pobreza absoluta. Porém não toda ela, pois ambas as classes são constituídas de frações.

Silva et al (2018) dialogam a partir de Poulantzas (1977) sobre a definição de frações de classe sendo o resultado das estruturas econômica e política do modo de produção capitalista. Conforme os autores, é possível identificar no plano econômico a existência das burguesias comercial, financeira e industrial, assim como proprietários de renda fundiária. Nesse sentido, a uma fração de classe burguesa corresponde o lugar que cada fração do capital ocupa no processo de produção e acumulação capitalista. Da mesma forma que a sua antagonista, a classe trabalhadora distribui-se em frações, admitindo-se mesmo que essa classe como um todo esteja suscetível ao sofrimento social e, conjuntamente, à situação de rua. Os

integrantes da fração não detentora de posses (casa própria e meios de subsistência, como um pedaço de terra cultivável) que vivem exclusivamente da venda da força de trabalho, de baixa escolaridade, sem profissão definida e emprego formal ocupa, portanto, a categoria que Marx (2013, p. 461) denomina exército industrial de reserva, caracterizada por ser um percentual de mão de obra disponível no mercado de trabalho, mas não absorvido; aqueles sem família ou com essa desestruturada ou distante dela, em função de trabalho ou outro motivo. Essa fração de classe trabalhadora refere-se ao grupo suscetível à pobreza absoluta na concepção de Rocha (2006). Tais conceitos nos ajudam a localizar o lugar de classe da população em situação de rua.

Muitos dos inúmeros fatores apontados pela leitura como causadores de situação de rua são fatos sociais que, conforme Durkheim (2004), são coercitivos (imperativos) e exteriores (vêm da sociedade para a pessoa) generalizados, atingindo a todos indistintamente.

Autores da Escola de Chicago<sup>5</sup> percebem os fatos sociais como “uma combinação íntima dos valores coletivos e das atitudes individuais” (COULON, 1995, p.31). Nesse sentido, incluem a natureza subjetiva e as interações individuais na complexidade social. Assim, “uma causa social é complexa e deve incluir ao mesmo tempo elementos objetivos e subjetivos, valores e atitudes” (THOMAS e ZNANIECKI, 1918, p. 38 apud COULON, 1995, p. 31). Os conceitos de valores sociais e atitudes elaborados por Thomas e Znaniecki (1918), permitem a compreensão de que o mesmo fato social pode ter sentidos diversos para pessoas diferentes, dependendo de como cada uma delas o internaliza e do que esses fatos sociais significaram em cada caso. Os valores sociais são percebidos como elementos culturais objetivos da vida social, enquanto atitudes seriam características subjetivas (COULON, 1995, p. 30). Os valores sociais, assim norteiam as atitudes (ações), pois a partir deles forma-se a consciência.

Além da questão da pobreza/classe, outro elemento fundamental destacado pelo conceito de PSR da Política Nacional, diz respeito à ausência de moradia regular. Embora na Constituição da República (1988) a moradia seja estabelecida como direito social, no art. 6º e no inciso XXIII de art. 5º pautando-se ali que a propriedade deve atender a sua função social, muitas pessoas não têm direito à moradia garantido. Atualmente a pauta do direito à moradia para a PSR tem sido uma das principais reivindicações do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR com a construção de importantes debates.

---

<sup>5</sup> Escola de Chicago, conforme Coulon (1995, p.7) refere-se a “um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago”.

O programa “Housing First” (Casa Primeiro) surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos e se expandiu para diversos países da Europa. A proposta traz um olhar para o modelo de assistência à PSR, ao compreender que a moradia deve ser o primeiro direito a ser garantido, como elemento central para a proteção das pessoas em situação de rua. A partir das pressões da sociedade civil, o Estado tem iniciado discussão e apoio a iniciativas de “Casa Primeiro” no Brasil (BRASIL, 2019).

No Brasil não há dados oficiais do número de pessoas vivendo em situação de rua, pois o censo demográfico não contempla o levantamento de pessoas destituídas de moradia. Isso gera, na gênese, a exclusão de um contingente de cidadãos sem moradia, o que impacta significativamente a visibilidade da realidade social. Embora a inclusão da PSR no censo seja uma pauta de reivindicação da sociedade civil há anos, os órgãos têm justificado a exclusão pela dificuldade operacional (Natalino, 2016). A exclusão da contagem da PSR no censo traz sérias consequências, como a invisibilidade para a formulação de políticas sociais.

Alguns esforços já foram enviados para a elucidação desses dados, como o estudo do IPEA (Natalino, 2016; Natalino, 2020) a partir dos dados do SUAS, o levantamento pelo MDS (Brasil, 2008) e pesquisas de âmbito mais local, como do IJSN (2018) em Vitória-ES.

Segundo Natalino (2020), em março de 2020 o número de pessoas em situação de rua no Brasil, estimado a partir dos dados do SUAS, era de 221.869. Além disso, o autor indica um aumento de 140% da PSR no período de 2012 a 2020, com crescimento em municípios de todos os portes. Nesse contexto, é necessário avançar para a garantia da inclusão da contagem pelo IBGE, assim como os dados das políticas públicas locais, de modo a superar a invisibilidade e garantir direitos.

### **1.1 Fatores Indutores de Pessoas a Viverem em Situação de Rua**

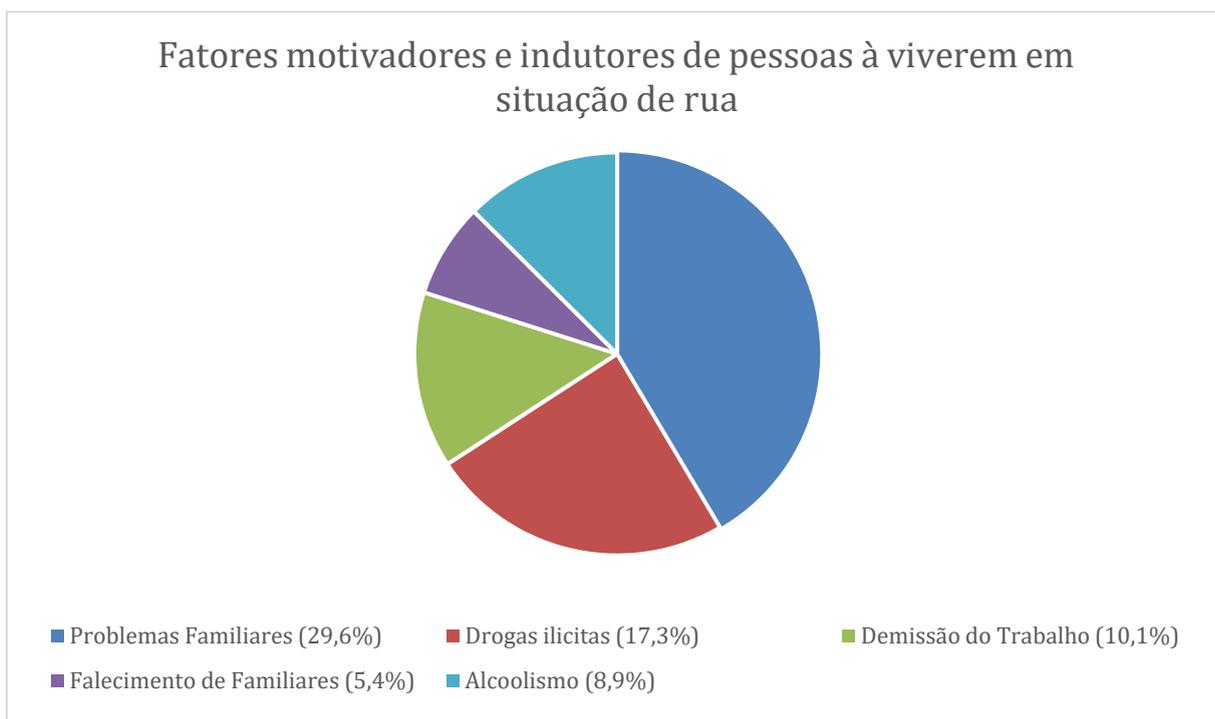
A literatura aponta inúmeros fatores que contribuem para que alguém esteja em situação de rua. Castel (1998) percebe a gênese da problemática nas questões políticas e econômicas, nos fenômenos naturais e tecnológicos, em casos de deficiências físicas e psicológicas entre outros. Já Silva (2006) aponta para os efeitos de políticas econômicas e analisa os efeitos das mudanças tecnológicas constatados por essa autora nas cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo.

Faria e Diniz (2019), apontam consumos abusivo de álcool e de outras substâncias psicoativas, além de desemprego e desavenças com familiares como principais motivações para situação de rua. Uma pesquisa de 2017 feita pelo IJSN na região da Grande

Vitória-ES apurou cerca de 25 fatores motivadores e indutores de pessoas em situação de rua.

De acordo com os dados do IJSN (2018), 71,3% dos motivos responsáveis pela situação de rua na Região da Grande encontram-se em cinco principais fatores que são: Problemas familiares, drogas ilícitas, demissão do trabalho, uso de álcool e falecimento de familiares.

**Gráfico 1**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados de IJSN (2018, p. 65).

Desse modo, percebe-se que as questões familiares aparecem com maior porcentagem, relatadas por 35% dos entrevistados; segue-se o uso de álcool e outras drogas, com 26,2%; demissão do trabalho, 10,1%. Isso perfaz um montante de 71,3% dos entrevistados.

Silva (2006) classificou em três grandes grupos os fatores indutores à situação de rua apresentados pela literatura: a) estruturais, concernentes à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc. b) fatores biográficos, relativos a história de vida de cada pessoa: rompimento dos vínculos familiares, transtornos mentais, consumo abusivo de álcool e outras drogas, mortes dos componentes da família, etc. c) fatos da natureza ou desastre em massas, como os terremotos, inundações, secas, etc.

### 1.1.1 Fatores Estruturais

Silva (2006) aponta efeitos de políticas econômicas, mas sobretudo de mudanças

tecnológicas como fatores indutores à em situação de rua<sup>6</sup>. A autora analisou mudanças no quadro ocupacional nas últimas duas décadas do século XX nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, como manifestação de mudanças decorrentes do mundo do trabalho. Ela percebeu que, enquanto baixavam as taxas de ocupações no mercado de trabalho, aumentava o contingente de população em situação de rua. Notou também, que havia dois movimentos em curso: de um lado, uma drástica redução das ocupações que demandam algum nível de especialização, sobretudo no setor industrial; e de outro concomitantemente, uma grande expansão de ocupações nas áreas da construção civil e segmentos que ela chamou de não organizados, como as dos catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos, lavadores de carros e engraxates, entre outros. Segundo a autora, em todas as pesquisas por ela analisadas havia retrações de ocupações na indústria e estas eram compatíveis com as ocupações que as pessoas em situação de rua exerciam antes daquela condição, sobretudo nas cidades de Porto Alegre e São Paulo (SILVA, 2006, p. 203).

Nesse contexto, evidencia-se o neoliberalismo como fator estrutural para pessoas em situação de rua. Segundo Moraes (2001), o neoliberalismo é uma ideologia, que organiza ideias e políticas e é adotado por governos neoconservadores, a partir do meado dos anos 1970 (MORAES, 2001, p.3). Harvey (2008) define o Estado neoliberal como um projeto político que busca não só o controle político, mas também ideológico. É excludente, dado que a minoria usufrui dos lucros e benefícios, em detrimento da maioria, e antidemocrático. Usa a força, a repressão policial e a legislação para impor o interesse da minoria.

Em suas diversas faces, o neoliberalismo, onde quer que tenha sido adotado, promoveu desemprego e acumulação flexível, que resultou em baixos salários, crescente insegurança no emprego, perdas de benefícios e de proteções aos trabalhadores (HARVEY, 2008). Em conformidade com esse autor, o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital. É, sobretudo, extremamente nocivo à classe trabalhadora, às suas organizações e formas de defesa. A propalada liberdade defendida com ênfase quando se trata do interesse do mercado, é rechaçada e reprimida quando se refere aos direitos dos trabalhadores.

Em consonância com Harvey (2008), Dardot e Laval (2016) expõem o neoliberalismo

---

<sup>6</sup> Pesquisa conduzida pelo Laboratório de Aprendizado de Máquina em Finanças e Organizações-LEMFO, da Universidade de Brasília – UNB, publicada em 2019, dá conta de que 54% dos empregos no Brasil – 34 milhões de vagas poderão ser ocupados por robôs e programas de computador até 2026. A pesquisa avaliou uma lista de 2.602 profissões no País. (Carvalho, 2019).

como uma política nociva. Segundo esses autores, o neoliberalismo promove a negação da solidariedade e da redistribuição, além de submeter os indivíduos a um regime de concorrência em todos os níveis, estimular a abstenção eleitoral, a dessindicalização e o racismo, e destruir todas as condições coletivas. Dessa forma enfraquece o trabalhador, tornando-o impotente. Essa situação causa sofrimento e sequelas, tanto no mundo do trabalho quanto fora dele, e o sofrimento e a fragilização são de tal monta que impossibilita até mesmo uma revolta de grande amplitude (DARDOT e LAVAL, 2016).

Tiengo (2016) percebe o neoliberalismo como uma modalidade de governo que tira tudo da classe trabalhadora, inclusive a autoestima e assim promove o sofrimento social, que desencadeia o desentendimento familiar, consumo abusivo de álcool e uso de drogas ilícitas, que, nesse caso, podem ser tanto sintomas quanto atenuantes do sofrimento.

O neoliberalismo e a globalização geraram ‘a banalização da Injustiça Social’, frase-título do livro de Dejourn (2007), obra que aborda o início da banalização na década de 1980, na França, e a consolidação nos anos seguintes. Dada a sua letalidade e destruição, Dejourn (2007) caracterizou como situação de guerra o que ocorreu naquele país e em outros da Europa e de outros continentes, inclusive das Américas de norte a sul, entre os quais o Brasil. Uma guerra ‘econômica’, sem armas, mas que expõem ao risco a sobrevivência e a liberdade (DEJOURS, 2007).

Em nome dessa guerra, diz o autor, utiliza-se grande quantidade de métodos cruéis contra os cidadãos trabalhadores, métodos dolorosos expressos por metáforas cirúrgicas para ilustrar o sofrimento, a aflição e as crises impostas a esses. Essa guerra, a qual o autor denomina guerra sã, em que a saúde almejada e defendida é única e exclusivamente a das empresas, exclui os inaptos (velhos e jovens inexperientes, entre outros) e os escolhidos são sugados, forçados a produzir pelos demitidos e a se resignar mediante a perda de direitos e salários.

No Brasil, os promotores dessa guerra praticaram um golpe de Estado, dominaram o governo e tiraram o poder de luta da classe trabalhadora. Enfraqueceram os sindicatos e centrais, promoveram propaganda de guerra com apoio e participação da grande mídia, reduziram salários, tiraram direitos, retiraram e congelaram por 20 anos gastos (ou melhor dizendo, investimentos) com programas sociais (incluindo educação e saúde)<sup>7</sup> e inviabilizaram

---

<sup>7</sup> A denominada PEC dos Gastos Públicos recebeu nº 241 na Câmara Federal e nº 55 no Senado. Foi aprovada em primeiro turno na Câmara Federal em 10/10/2016 e em segundo turno em 25/10/2016. <https://www.camara.leg.br/noticias/501116-camara-aprova-pec-do-teto-dos-gastos-publicos-em-2o-turno/> No Senado foi aprovada em primeiro turno em 29/11/2016 e em segundo turno em 13/12/2016 e promulgada

a aposentadoria<sup>8</sup> da maior parte da classe trabalhadora (DIEESE 2017), sobretudo aquela fração que vive em pobreza absoluta, no limiar da situação de rua. Em função disso, a fome que parecia erradicada, voltou a assombrar e levar sofrimento a milhares de famílias no País. Segundo o IPEA (2020), registrou-se um aumento de 66,7% no montante de pessoas vivendo em situação de rua no País, entre 2016 e 2019. Na Região Sudeste, o aumento no mesmo período, segundo a Nota Técnica nº 73, do IPEA, foi de 62,4% (NATALINO, 2020, p.10-11).

Imersos nesse contexto, os fatores políticos e econômicos são historicamente os que promoveram a fome, a miséria, o sofrimento social e, conseqüentemente, a situação de rua do maior contingente de pessoas no Brasil. Também é necessário registrar que a história do povo africano escravizado no Brasil marca estruturalmente a organização da sociedade brasileira: uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. O Brasil foi o último país a libertar as pessoas escravizadas. Maringoni (2011) nos mostra que a necessidade de inserir o país na economia mundial, mais do que qualquer sensibilidade ou preocupação social, foi o que inviabilizou o escravismo no Brasil.

O primeiro passo de fato em prol do fim do modo de produção com mão de obra de pessoas escravizadas se deu por interesse econômico da Inglaterra, a potência mundial de então. Para que não fosse alvo de retaliações, a Assembleia Geral decretou e a Regência, em nome do imperador D. Pedro II, sancionou a Lei de 7 de novembro de 1831, a denominada Lei Feijó, popularmente conhecida como “lei para inglês” ver, dada a sua ineficácia. Essa lei proibia a importação de pessoas de origem africana para serem escravizadas no Brasil. Dezenove anos depois, em 1850, foi aprovada a Lei Euzébio de Queiroz, que proibia a entrada de pessoas africanas escravizadas no Brasil. Vinte e um anos mais tarde, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que assegurava, com algumas exceções, a liberdade de filhos de mães negras escravizadas. Em 1884, portanto, 13 anos após a Lei do Ventre Livre, o gabinete Dantas apresentou a proposta que resultou na Lei Saraiva Cotegipe, conhecida como Lei do Sexagenário. Essa lei tornava livres as pessoas escravizadas maiores de 60 anos. Poucos indivíduos em situação de escravidão foram beneficiados, raras que eram as pessoas em situação de escravidão chegarem a essa idade. Segundo Nogueira (2011), na freguesia de Lamim-MG, a expectativa de vida do escravizado era de 25 anos.

---

em 15/12/2016.

<sup>8</sup> A PEC nº 103/2019 entrou em vigor em 13/11/2019 (Diário Oficial da União, edição de 13/11/2019).

Mesmo com toda a mobilização da sociedade em torno da Abolição, havia por parte de uma fração da sociedade, os escravocratas, tenaz resistência. O projeto de lei apresentado ao parlamento em 3 de maio de 1888, foi discutido e votado em cinco dias e contou com cerca de cinco mil pessoas acompanhando a discussão e votação da matéria. No dia 10 daquele mês a proposta chegou ao Senado, onde foi aprovada no dia 13 de maio, e não por unanimidade. Na Câmara foram nove votos contrários e no Senado, seis. Estima-se que foram libertos em torno de 700.000 pessoas escravizadas (JORNAL DO SENADO, 14 de Maio de 1888, p.1-3, EDIÇÃO ESPECIAL, 2008).

A Abolição, embora de extrema importância, imprimiu, conforme Maringoni (2011), um caráter de explicação extrema e cruel, por não terem sido asseguradas ações para garantir condições de sobrevivência daquelas pessoas, abandonadas à própria sorte. Não tiveram direito a indenização, a um pedaço de terra, a nada com iniciar a vida de libertos. Por exemplo, a Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei nº 601, que dispõe sobre terras devolutas do Império, aprovada em 18 de setembro de 1850, não só benefício aos ricos e latifundiários como impediu que as centenas de milhares de pobres do Império tivessem acesso à terra. Estabeleceu que estrangeiros, pessoas físicas ou empresas poderiam adquirir terras e, nesse caso, autorizava o governo a trazer imigrantes para trabalharem nessas terras. A lei de terras de 1850, conforme Gadelha (1989) “foram tentativas para reter nas terras com vínculo de trabalho os libertos, impedindo sua dispersão pelo território nacional e o acesso a pequena propriedade.” (DADELHA 1989, p. 153).

### **1.1.2 Fatores Biográficos**

Esse grupo ou categoria é diretamente atravessado pelos fatores estruturais. Os fatores biográficos dizem respeito à história de vida de cada sujeito, à singularidade das vivências, constituídas de vínculos afetivos. Nesse sentido, trazem as questões dos transtornos mentais, consumo abusivo de álcool e outras drogas, e falecimento de familiares, dentre outros.

Referem-se às famílias que passaram por perdas, quebra de confiança, violências. Muitas pessoas em situação de rua relatam que deixaram suas casas em função de violências no ambiente familiar e por não poderem custear aluguel de um imóvel, foram viver em situação de rua. Segundo um relatório da pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana de Grande Vitória, elaborada pelo IJSN (2018), 37,1% da população entrevistada teve problemas familiares, sofreu agressões físicas e/ou psicológicas (IJSN 2018, p.65).

Não poucos casos de quebra de confiança por infidelidade ou outros motivos levam ao sofrimento social, e conseqüentemente à situação de rua. Tal é, por exemplo, o relato do Sr. Doval (FERREIRA, 2014), pedreiro residente em um dos morros da cidade de Vitória que descobriu que o melhor amigo e compadre tinha um caso com sua esposa. Teve vontade de matá-los, e embora não tenha tido coragem de fazê-lo, foi acometido de sofrimento social, entrou em processo de depressão, passou a beber compulsivamente e se viu em situação de rua.

A pesquisa do IJSN (2018) aponta que 40% das pessoas entrevistadas tiveram passagem por antigos asilos, abrigos ou orfanatos em sua trajetória; e 43% passaram por penitenciárias. Isso demonstra que os fatores biográficos, da história de vida de cada sujeito, estão marcados por processos de violências e violações de direitos que levaram a alguma forma de institucionalização, e precisam ser mais bem compreendidos.

### 1.1.3 Fatores da Natureza

Os fatores naturais dizem respeito às pessoas em situação de rua em consequência de fenômenos naturais, como secas, enchentes, maremotos, terremotos, furacões, etc. A seca seguramente foi um dos maiores fatores naturais indutores da população em situação de rua no Brasil. Raquel de Queiroz registou e imortalizou em *O quinze*, o drama social oriundo da seca de 1915. Brito (2013) considera a Grande Seca ocorrida no Nordeste do Brasil entre 1877<sup>9</sup> a 1879 como a que mais ceifou vidas e promoveu o maior êxodo rural no País. Só no Ceará, conforme essa autora, entre mortos e emigrados, a então província perdeu 300.000 habitantes. Ela também registra as classes abastadas de Fortaleza, que se modernizava, no afã de “higienizar” a cidade, livrando-a da incômoda presença de retirantes da seca, tidos como bêbados, prostitutas, pedintes, lazarentos, crianças e adolescentes em situação de rua “que sujavam e enfeavam a cidade” os levou para asilos, manicômios e presídios construídos estrategicamente longe dos olhos das elites (BRITO, 2013, p. 113).

O terremoto de 7,0 Mw de magnitude, ocorrido em 2010 no Haiti foi responsável pela morte de cem a duzentas mil pessoas, segundo o então ministro do interior daquele país, Paul Antine Bien-Aimé afetou cerca de três milhões de haitianos, conforme estimativa do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e levou muito deles a viver em situação de rua dentro e fora

---

<sup>9</sup> Segundo o Recenseamento Geral do Império de 1872, a província do Ceará tinha uma população de 721.686 habitantes.

do país<sup>10</sup>. Muitos migraram para o Brasil, vivendo em situação de rua na cidade de São Paulo. Alguns tornaram-se sujeitos-objetos de estudo de Santos (2018), segundo o qual os haitianos chegaram ao Brasil no mesmo ano em que ocorreu o terremoto. Aportaram primeiro no Acre e posteriormente seguiram para São Paulo em busca de emprego. Contudo, sem documentos e sem domínio da língua portuguesa, não conseguiram trabalho e terminaram por viver em situação de rua (SANTOS, 2018).

Não se podem impedir terremotos, maremotos, furacões e mesmo secas, pois transcendem a vontade humana. Pode-se, no entanto, tomar providências para sua mitigação, como fez o governo brasileiro durante a seca de 2012 a 2015, no Nordeste do País, tida como a maior dos últimos 50 anos. As políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, conforme relatório da ICICT/Fiocruz de 2015, inviabilizaram ou minimizaram o êxodo rural (MARTINS e MAGALHÃES, 2015) e conseqüentemente o sofrimento social e a situação de rua. Vale registrar que o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi o primeiro presidente a receber, no palácio do Planalto, representantes da população em situação de rua.

## **1.2 Sofrimento social**

Todos esses fatores, estruturais, biográficos e naturais, articulados ou não, contribuem para que pessoas vivam em situação de rua. Ninguém passa ileso por essas circunstâncias. Nesse sentido, cumpre aprofundar a discussão do sofrimento vivenciado pelas pessoas em situação de rua, que não se configura apenas como questão subjetiva, constituindo consequência de uma objetividade social, de uma realidade social de ausência de condições que assegurem a dignidade da vida humana.

O primeiro debate sobre sofrimento social, conforme Pussetti e Brazzabeni (2011), aconteceu no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) na cidade de Lisboa, em setembro de 2009, e teve como desafio sugerir novos elementos de reflexão sobre a temática do sofrimento social, que segundo as autoras, têm merecido grande atenção nas últimas décadas nos campos científicos da Antropologia, Sociologia, Psicologia Social e no âmbito das políticas públicas e econômicas internacionais. O objetivo era examinar as causas sociais e as experiências individuais do sofrimento em diferentes contextos (PUSSETTI e BRAZZABENI, 2011).

---

<sup>10</sup> Em 2016 o furacão Matthew atingiu o Haiti, agravando ainda mais a situação da classe trabalhadora desse país (Agência Brasil, 05/10/2016).

Conforme Pinzani (2019), o sofrimento social atinge as pessoas de maneiras diferentes, podendo algumas perder autoestima, autoconfiança e auto respeito. Esse autor define o Sofrimento Social como de primeira e segunda ordem. O sofrimento social de primeira ordem advém de coisas que poderiam ser corrigidas, como a pobreza, por exemplo. Já o de segunda ordem limita a capacidade de reação do sujeito diante das situações, dificultando a identificação adequada das causas do sofrimento. Pinzani (2019) também classifica o sofrimento social em transparente e opaco. No transparente a pessoa que sofre explicita sua situação de sofrimento, enquanto no opaco as vítimas estão em silenciamento, não falam o que sentem, se envergonham e ocultam o sofrimento. Em ambos os casos as vítimas experimentam o sofrimento social como algo estritamente pessoal.<sup>11</sup>

Bouyer (2015) apresenta o sofrimento social a partir de três categorias: o sofrimento no trabalho, que seria um tipo específico de sofrimento social; o sofrimento psíquico, que seria um sofrimento individual; e o sofrimento social que seria o mais amplo e genérico, um coletivo onde os dois anteriores estariam contidos (BOUYER, 2015, p. 107-108). Segundo o autor, trata-se de um sofrimento ligado ao desatendimento das necessidades fundamentais de existência, representando um enfraquecimento dos recursos que permitem enfrentar as dificuldades, afetando corpos e mentes. Portanto, o sofrimento social condensa as seguintes complexidade: “a) o coletivo e o individual; b) psicológico e o sociológico; c) o biográfico eo gênero” (BOUYER, p.110-111).

O entendimento de Sawaia (1987) conforme Bertini (2014), segue essa linha de pensamento. Para essa autora, “o processo de conscientização é racional/cognitivo, mas também afetivo/emocional”. Assim, o sentimento constitui a consciência (SAWAIA, 1987, p.298 apud BERTINI, 2014, p. 61). A partir dessa concepção, conforme afirma Bertine (2014), Sawaia cunhou o conceito de sofrimento ético-político, pela primeira vez foi publicado no meio acadêmico em 1999, no livro “*As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*”. Desse modo, o sofrimento ético-político, seria determinado pela condição social da pessoa, que a impede de superar os cerceamentos sociais. Assim, refere-se a uma vivência particular das questões sociais dominantes na sociedade e está relacionado ao tratamento de inferioridade, de pessoas sem valor para a sociedade. O conceito de sofrimento

---

11

PINZANI, Alessandro. Conferência sobre sofrimento social. (Informação verbal) Sala Alfredo Bosi, Rua da praça do Relógio, 109, térreo, cidade Universitária, São Paulo. Realização: Grupo de pesquisa Direitos Humanos – IEA, 26/09/2019. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midioteca/video/videos-2019/conferencias-sobre-o-sofrimento-social-p-1-2> Acesso em: 18 dez. 2019.

ético-político é definido como:

[...] sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência (SAWAIA, 2009, p. 370 apud BERTINI, 2014, p.63).

Nesse sentido, o conceito de sofrimento ético-político diz de um sofrimento subjetivo decorrente das condições sociais que cerceiam a dignidade da vida humana e impõem vulnerabilidades como condições de existência.

Nunes e Filho (2020) partiram desse conceito em um estudo que investigou a vivência de pessoas em situação de rua que frequentam o centro de Fortaleza-CE. O conceito de sofrimento ético-político é entendido por sua autora “como dor mediada por situações de desrespeito, discriminação, violações, subalternização, vivenciada pelos que são considerados sem valor e inúteis para a sociedade” (SAWAIA, 2013 apud NUNES e FILHO, 2020, p. 4).

Nesse contexto, compreende-se a proximidade dos conceitos de sofrimento ético-político (Sawaia, 2014) e sofrimento social (WERLANG e MENDES, 2013). Assim, para Werlang e Mendes (2013) o sofrimento social é:

[...] um sofrimento que instala e ou se esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade das perdas dos objetos sociais, que são: saúde, trabalho, desejos sonhos, vínculos sociais e tudo aquilo que compões o concreto e o subjetivo (WERLANG e MENDES, 2013, p.744).

A partir dessa citação, conclui-se que sofrimento social refere-se ao sofrimento decorrente das condições de precariedade dos direitos sociais, como saúde e trabalho, que também trazem consequências para a dimensão subjetiva dos sonhos e vínculos afetivos.

Para Dejours (1992), citado por Werlang e Mendes (2013), o sofrimento social abarca, também, aqueles submetidos a riscos de acidentes, incidentes, doenças infecciosas, assim como aqueles que perderam o emprego e não conseguem retornar ao mercado de trabalho ou que, mesmo empregados não estão realizados. Os espaços de vida dessas pessoas, conforme as autoras, vão se tornando espaços da precariedade, com perda da saúde, do trabalho, do *status* social, da importância no núcleo familiar, danos financeiros, esgarçamento dos vínculos familiares e sociais e afetivos. Além disso, destaca-se o medo: de ficar sem trabalho, de não ser reconhecidos e de se tornar socialmente inválidos. Todas essas situações geram o sofrimento social, que traz consequências para a esperança de futuro e o desejo da vida (WERLANG e MENDES, 2013).

Na concepção de Pussetti e Brazzabenni (2011, p.467), o sofrimento social tem “uma

lente apropriada para olhar as relações profundas entre experiências subjetivas do mal-estar e aos processos históricos e sociais mais amplos”. As autores enfatizam a relação entre subjetividade e a objetividade social; ou seja, a conjuntura histórico-social traz implicações subjetivas aos indivíduos inseridos nessa realidade social. Portanto, o sofrimento social está para além de uma visão individualista do sofrimento e questiona as condições sociais.

## 2 REMEMORANDO VITÓRIA/ ES E A PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Desde os períodos colonial e imperial, segundo Goularte (2014), a pobreza é um problema crônico na província do Espírito Santo, por isso temida pela elite capixaba de então. Temiam, conforme esse autor, uma revolta dos pobres livres, das pessoas em situação de escravidão e do grande contingente indígena. Na região que compreende a Grande Vitória, especialmente na capital, a ação do poder público para com esse público, quando acontecia, não era em seu benefício, tinha finalidade higienista ou repressiva, assim como se dava nas demais grandes cidades e capitais das províncias do Brasil.

A superação da pobreza crônica tem início na década de 1950, período que ainda não havia população em situação de rua em Vitória, excetuando algumas pessoas que, conforme Piva (2005), perambulavam durante o dia em busca de remédios ou em busca do que comer, e à noite retornavam para casa nas periferias e morros da cidade. As demais eram levadas para os manicômios, conforme Perini (2003). Os critérios utilizados como justificativa para as internações compulsórias de mulheres e homens pobres, segundo a autora, não estavam pautados em critérios prévios, com base na saúde e bem-estar dos internos: “As justificativas poderiam estar estreitamente ligadas à vontade dos governantes, de médicos, de juízes e de engenheiros sanitaristas em livrar a cidade dos tipos considerados degenerados” (PERINI, 2003, p. 24). Essa autora aponta como causa para internação, problemas como alcoolismo, desemprego, mendicância e homossexualidade, entre outros. O hospício do início do século XX seria, conforme afirma Perini (2003, p. 24), “além de instituição asilar terapêutica para pessoas com perturbações mentais, também local para punir quem ignorasse os comportamentos desejados pela burguesia industrial, pelo Estado republicano ou pela medicina”.

Fatores como a abundância de terras de pouco ou nenhum interesse para fins residenciais e comerciais por partes das elite nos morros e periferias da cidade fizeram desses espaços locais para a fração mais expropriada da classe trabalhadora, que vivia de serviços de pouco rendimento: engraxates, catadores de materiais recicláveis<sup>12</sup> ou de papéis – como se referiam

---

<sup>12</sup> Uma estátua localizada na base da escadaria que dá acesso ao palácio Anchieta, sede do governo do estado, registra a existência, se não da primeira, de uma das primeiras catadoras de materiais recicláveis da capital do Espírito Santo: Dona Domingas, “a catadora de papéis”, que também foi tema de enredo de escola de samba, contrariando o histórico dessa fração da classe trabalhadora cujo registro, quando há, não passa de uma citação coletiva ou registro em página policial. Dona Domingas residia no Bairro de Santo Antônio, o mesmo em que residia o italiano Carlos Crepaz, escultor de sua estátua. Fonte: Folha Vitória: A Pietá do Lixo: descubra a história

a eles na época; vendedores de picolés, trabalhadoras em serviços domésticos e biscateiros. Essas pessoas, conforme Perini (2003), passavam o dia na rua, e ao anoitecer, retornavam para casa na periferia e morros de Vitória, na época sem infraestrutura: escadarias, água encanada, energia elétrica<sup>13</sup>.

Os anos 1950, conforme Ferreira (2003), representaram um marco para a cidade de Vitória. Além do crescimento econômico, em virtude da instalação de empresas<sup>14</sup> de grande, médio e pequeno porte, a cidade cresceu fisicamente com inúmeros aterros.<sup>15</sup> Com isso o mercado imobiliário que, conforme Campos Jr. (1996), despertou na década de 1920, inflacionou os preços, tanto pela demanda quanto pelas reservas de mercado. (CAMPOS JR., 1996).

A crise cafeeira de meados dessa década (1950) acarretou a migração de um grande contingente de pessoas para capital e proporcionou um grande déficit habitacional na cidade,<sup>16</sup>

---

da escultura em frente ao palácio Anchieta. Encontrado em <folhavitoria.es.br>. Ver Anexo A.

<sup>13</sup> Morros, no vocabulário capixaba, é sinônimo de favela. A primeira escadaria, Hilma de Deus, no morro do Forte São João, foi construída no início da década de 1960. Para terem água tratada, os moradores dos morros da capital empreendedora, uma grande luta, sob orientação da Igreja Católica, dando origem a um movimento denominado “Luta Pela Água”, que mobilizou e projetou lideranças ligadas às Comunidades Eclesiais de Base-CEB e pastorais, como a Pastoral Operária – PO (FERREIRA 2003, p 44-45). Desde a ocupação, iniciada em 1926, com os Alagoanos, no morro homônimo, Forte São João e outros entre as décadas de 1940, 1950 e 1960, somente a partir do governo de Vitor Buaiz, iniciado em 1989, os morros tiveram as escadarias, becos e vielas limpas pelo poder público municipal. Até então o lixo era jogado em pontos viciados (lixões), em diversos pontos dos morros (FERREIRA 2003, p. 105-106).

<sup>14</sup> Moinho Buaiz, Ferro e Aço, construtoras imobiliárias, como a CIEC, fundada em 1954, entre outras.

<sup>15</sup> O primeiro aterro teve início em 1818, visando a construção do cais do porto. Em 1860, um grande aterro foi feito em área de mangue, na região denominada campinho, atual Parque Moscoso. Nessa região, ainda na década de 1950, a CIEC construiu os primeiros prédios da cidade. Em 1960 nasceram vários aterros, o mais importante na região denominada Largo da Conceição, atual região da Praça Costa Pereira, Teatro Carlos Gomes e entorno. Em 1925, foi a vez da região da Reta da Penha e da Leitão da Silva. Em 1960 teve início o aterro que incorporaria a Ilha do Príncipe ao continente, ao Aterro da Vila Rubim e à Avenida Beira Mar. Em 1970 concluiu-se o aterro ligando a Ilha do Príncipe ao continente, numa região que possibilitaria a construção da Segunda Ponte e da Rodoviária. Foi também a o período do aterro da Enseada do Suá, Curva da Jurema, Praia do Canto e da anexação da Ilha do Boi ao continente. Nessa época também se construiu o aterro que possibilitaria a construção do Porto de Tubarão. Foi ainda na década de 1970 que teve início o aterro da Ilha das Caieiras, região de ocupação ao sul da cidade. Em 1981 surgiram aterros que possibilitaram a criação do bairro Jardim da Penha, conjuntos habitacionais e bairros da Grande Goiabeiras. Em 1989 nasceu o aterro da região de São Pedro, em 1993 foi o ano do aterro dos bairros Palestina e Resistência, na Grande São Pedro. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória – Evolução Urbana 1551-1900. Encontrado em: <https://m.vitoria.es.gov.br/cidade/evolucao-urbana>. Jornal A Gazeta, Caderno Especial Aterros de Vitória. Edição de 8 de setembro de 2016.

<sup>16</sup> A crise cafeeira fez surgir, conforme Rocha (1986), Rocha e Morandi (1991) e Suce (2018), uma nova fase de desenvolvimento do estado consolidada pelos incentivos fiscais responsáveis pela atração de novos investimentos. A década de 1950 foi marcada pelo lançamento do Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo, com a previsão de obras que permitissem o crescimento industrial no estado, como iniciativas de ligação asfáltica, eletrificação e construção de usinas (BRESCIANI, 2011 apud SUCE, 2018, p.

sobretudo para aqueles migrantes que nada possuíam além da força de trabalho e da prole. Sem condições de adquirir lotes, mesmo em loteamentos populares, essas pessoas passaram a ocupar áreas de morro em Vitória. (FERREIRA, 2003).

A grande oferta de mão de obra não qualificada oriunda do êxodo rural gerou um excedente de trabalhadores. Os integrantes da classe trabalhadora, os quais Castel (1998) denomina supranumerários, tiveram que recorrer à mendicância, à informalidade e, em alguns casos, à criminalidade para sobreviver. Os homens mais jovens se ocuparam especialmente na indústria da construção civil, enquanto as mulheres exerceram a ocupação de doméstica (cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, passadeiras e babás). Algumas passaram a trabalhar no comércio e muitas continuaram sendo aliciadas para a prostituição nas inúmeras “pensões” da cidade. Um contingente de pessoas, por problemas de saúde, deficiência física ou visual, idade avançada e incapacidade de conseguir trabalho, perambulava pelas ruas, quando não eram presas por vadiagem ou levadas compulsoriamente ao manicômio, já lotado. Outros tantos pediam esmolas em frente às igrejas, nas praças e nas portas dos cinemas.

## **2.1 A Erradicação dos Cafezais e suas consequências**

De acordo com Rocha (1986), o preço do café, principal produto da arrecadação econômica do Espírito Santo, desabou no mercado internacional. A saca, que custava em 1954, U\$\$ 86,83, chegou a 1960 custando U\$\$ 38,27. Tanto o governo federal quanto o estadual, dependentes do café, tudo fizeram para recuperar o preço do produto, desde compradas safras e queima do produto até o extremo, a erradicação dos cafezais. Ainda assim, registrou-se entre 1951 e 1961 uma redução de 52% no preço do produto. Tal queda foi atribuída ao excesso de produção do estado e em todo o País. A cafeicultura em 1960 absorvia, conforme Rocha (1986), 80% da força de trabalho agrícola do estado. Entre a segunda metade dos anos 1960, quando se inicia a erradicação, e o início dos anos 1970, quando ela finda, 71% da área plantada no Espírito Santo havia sido extinta. Entre 1962 e 1967, conforme Rocha e Morandi (1991), foram erradicados 53,8% dos cafeeiros do Espírito Santo, 22% do montante erradicado no Brasil. Cerca de 234,8 milhões de cafeeiros, conforme o IBC (1966, p. 8), resultando na supressão de 60 mil empregos e na migração de 200 mil pessoas, das quais 80 mil deixaram o estado e 120 mil foram para a região da Grande Vitória (OLIVEIRA, 2017).

---

32). As bases dos grandes projetos iniciados na década de 1960.

Segundo Ferreira (2003), a erradicação dos cafezais, cuja primeira fase teve início em 1964, atraiu milhares de pessoas à Grande Vitória, onde as plantas dos grandes projetos industriais de desenvolvimento estavam em construção. Cerca de dez morros foram concomitantemente ocupados<sup>17</sup> e o aumento súbito da população levou a cidade ao desabastecimento, feito por mercearias do mercado de Vila Rubim. Esse centro comercial que abastecia a cidade e a região não estava preparado para atender um contingente daquela dimensão.

Assim como na década anterior, a maioria dos homens migrantes se ocuparam na indústria da construção civil que estava em alta e não só absorvia em massa, mas também promovia grande rotatividade com enormes percentuais de acidentes<sup>18</sup> e as mulheres, na função de domésticas nas casas da classe média. As crianças ocuparam as ruas vendendo balas, pipocas, picolés, jornais ou exercendo funções de lavadores de carros e engraxates. Nesse contexto, verifica-se um aumento no número de pessoas em situação de rua, especialmente composta por crianças e adolescentes<sup>19</sup>. Cristiano Dias Lopes, governador eleito em 1966, em atitude higienista, criou, em julho de 1967, em consonância com a política nacional, a Fundação Nacional Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem), para onde as crianças e adolescentes em situação de rua eram levadas compulsoriamente. Criou também São Sebastião, uma verdadeira “cidade da prostituição” ou “território dos prazeres”, conforme Morgante e Silveira (2017) esse território também era conhecido como Carapeba.

## 2.2 Exaustão das terras passíveis de ocupações

A segunda metade dos anos 1970 marcou a conclusão das ocupações dos morros da capital e no início da década seguinte começou a ocupação de áreas de mangues na cidade. Em função da voracidade com que se deu, em pouquíssimo tempo entrou em exaustão. O processo migratório de trabalhadores despossuídos para a capital continuou, no entanto, o contingente

---

<sup>17</sup> Morro do Bairro da Penha, Itararé, Gurigica, Jaburu, Garrafa, Bomfim, Santos Dumont, São Benedito, Morro do Martelo e Romão (FERREIRA, 2003, p. 33-34).

<sup>18</sup> Segundo Costella e Cols. (1998), a maioria dos acidentados eram serventes (44,3%), seguidos de pedreiros e carpinteiros (21%), e com menos de 3%, mestres de obras, armadores, eletricitas, pintores e encanadores, dentre outros. Costella e cols. (1998) apud GOMES (2011, p.91).

<sup>19</sup> Passavam as noites vigiando carros em frente aos teatros, clubes, boates, circos, quando havia algum na cidade, e em frente aos restaurantes e bares. “Eu fui um desses, não virei bandido porque não tinha vocação.” Romildo Dias, Serginho e muitos outros aqui do morro (morro do Romão) ajudávamos a sustentar nossas famílias assim – Depoimento de João Carlos, vigilante, residente no Morro do Jaburu, cujos pais atuaram na ocupação do Morro do Romão (FERREIRA, 2003).

empenhado na conquista por moradia foi redirecionado para os demais municípios da região metropolitana. A conclusão dos grandes projetos, somada aos efeitos da política neoliberal que passou a vigorar no País no início da década de 1980, levou ao desemprego em massa na indústria da construção civil, setor que absorvia grande parte dos trabalhadores com baixa escolarização. O início dos anos 1980 marcou o aumento de pessoas vivendo nas ruas e consequentemente o surgimento da população adulta em situação de rua na cidade de Vitória-ES e coincidiu com a conclusão das plantas dos grandes projetos.

Vale salientar que as poucas pessoas que viviam em situação de rua em Vitória antes da década de 1980 eram conhecidas pelos nomes ou codinomes, como Pechincha, homem branco de olhos verdes, que vivia nas ruas do centro da cidade; o Carne-de-Sol, mulato da periferia que vivia nas nas imediações do Romão, Forte São João e Jucutuquara.

Para Marins (2013), parte da população adulta em situação de rua que ocupou as ruas e praças do centro da capital do estado em meados dos anos oitenta era uma fração dos cerca de 25 mil operários, migrantes do interior do Espírito Santo e de outros estados que trabalharam nos canteiros de obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) de 1978 a 1983<sup>20</sup>.

A afirmativa de Marins (2013) encontra eco na fome e na miséria que campeavam nos morros e periferias da capital e dos municípios da Região da Grande Vitória no início de 1984, época em que milhares de mulheres e homens, operários da construção civil, na maioria, encontravam-se desempregados. As crianças, para terem o que comer, pediam nas ruas, enquanto os pais desesperançados perambulavam o dia inteiro em busca de emprego, sem lograr êxito. Outros tantos usavam de todo e qualquer expediente para obter o que comer para si e para os seus.

Em 6 de junho daquele ano (1984), grupos de militantes das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs de diversos bairros da capital e de municípios da Região da Grande Vitória – RGV se reuniram na Vila Rubim para participar de uma passeata denunciando a situação de miséria e fome pela qual passavam e exigir providências das autoridades. A “Marcha dos Famintos”, como Andreatta (1987) se refere à passeata que contou com a participação de duas mil pessoas, precisou de intervenção de advogados da Comissão de Justiça e de outras lideranças da Igreja Católica para sua concretização.

Acompanhada de perto pela polícia, “a Marcha dos Famintos” fez o percurso da Vila Rubim ao Palácio Anchieta, onde uma comissão dos integrantes foi recebida pelo governo e

---

<sup>20</sup> A CST foi privatizada em 1992, adquirida pelo grupo Arcelor Mittal. Essa empresa, assim como a Vale do Rio Doce, abrigava inúmeras empresas satélites.

seus representantes. Em certo momento da reunião, o governo endureceu nas negociações e informou que só falaria com o bispo. Assim, os agentes de pastorais e das CEBs acamparam na praça da Catedral, onde cerca de duas mil pessoas, entre mulheres, homens e crianças, conforme Andreatta (1987, p. 120), tomavam café, almoçavam e jantavam todos os dias e cerca de quinhentas dormiam em barracas de lona<sup>21</sup>, construídas no acampamento, chegando algumas famílias a dormir dentro da Catedral. No décimo quinto dia, conforme Andreatta (1987), o governo do estado ofertou 700 (setecentas) vagas de emprego, 200 para mulheres e 500 para homens. Em contrapartida, impuseram a condição de que acabassem com o acampamento. O grupo decidiu, em 21 de junho daquele ano, em conjunto com os demais participantes, levantar acampamento, o que ocorreu dois dias depois.<sup>22</sup>

O aumento da miséria e consequentemente da população em situação de rua em Vitória coincide com a adoção do neoliberalismo no País e com as privatizações de grandes empresas no Espírito Santo, que extinguíram inúmeras empresas satélites (médias, pequenas e micros), empregadoras de grande percentual de mão de obra de pouca instrução escolar e qualificação profissional. Assim como aponta a análise de Silva (2006), as retrações de empregos nesses setores contribuíram para o aumento do contingente de pessoas em situação de rua.

De Lucca (2007) considera que a população de rua que ocupa atualmente as ruas das cidades brasileiras é recente. O autor a difere do mendigo, cuja condição era estigmatizada como fracasso moral e individual. Essa população de rua, conforme De Lucca (2007), surge nos anos 1980 nas ruas de São Paulo e se consolida no início do século XXI. Conforme esse autor, essa população de rua conta com o envolvimento e interesse de lideranças religiosas, políticas e intelectuais que passam a exercer atuações voltadas para esse público. Discutem, entre outras coisas, “como deve tratá-los, quem deve tratá-los, quais técnicas adequadas de tratamento, quem deve falar para eles, por eles e sobre eles, e qual o papel de cada um destes em um dinâmico contexto” (DE LUCCA, 2007, p. 18-19).

### **2.3 Atenção à População Adulta em Situação de Rua em Vitória/ES**

O Serviço de Atenção à População em Situação de Rua em Vitória surge, conforme

---

<sup>21</sup> No último dia, conforme Andreatta (1987, p.119), havia dois grandes barracões de madeira, dois banheiros, três barracões grandes, de lona, dois pequenos, varais e gente dormindo dentro da igreja, posto médico, posto de recepção, área reservada para lazer e muita organização.

<sup>22</sup> Segundo a autora, nem todas as vagas prometidas foram ofertadas, e muitas das pessoas que foram trabalhar na fazenda do então vice-governador viviam em situação de semiescravidão. Muitas, conforme Andreatta (1987, p. 124), ficaram mais de ano sem receber salário, não aguentaram e tiveram que sair. Outras tantas que foram para as prefeituras permaneceram e algumas, como o Sr. Agenor, se aposentou na PMV.

Marins (2013), em meados da década de 1980, como resposta a uma demanda dos comerciantes do centro de Vitória, região concentradora das principais lojas comerciais da capital. Eles sentiam-se incomodados com a presença daquelas pessoas sujas e maltrapilhas aglomeradas nas imediações de seus estabelecimentos, principalmente nas proximidades da Vila Rubim e na Praça Costa Pereira. Tal situação perdura no país e também foi percebida e narrada por Medeiros (2020) em sua pesquisa no Rio Grande do Norte.

Em resposta aos apelos desses comerciantes, conforme Marins (2003), o governo municipal criou um projeto de acolhimento institucional com metodologia e proposta consideradas por ela “bem simples”: consistia em tirar as pessoas da rua, cuidar da sua saúde e devolvê-las à família. O projeto, segundo a autora, dispunha de um abrigo com capacidade para dez pessoas<sup>23</sup>, uma assistente social, cuja função era estabelecer contato com familiares da pessoa em situação de rua e buscar sua reintegração ao seio da família. A equipe contava também com duas “triagistas”, que executavam várias funções. A primeira delas foi o que, segundo Marins (2013), viria a ser a abordagem de rua. Essa função, conforme explica a autora, era exercida em companhia de um policial militar que, de certa forma, coagia a população em situação de rua ao abrigo. Uma vez no abrigo, a pessoa era atendida por acadêmicos de Medicina que prescreviam medicamentos, administrados pelas “triagistas,” que também faziam os curativos nas feridas (MARINS, 2013, p. 30). O Centro de Triagem, conforme a autora, surgiu com o intuito de ser um serviço de acolhimento provisório. “Acreditava-se que a reintegração das Pessoas em Situação de Rua às suas famílias dar-se-ia de forma rápida, abrindo assim espaço para outros abrigamentos, o que não aconteceu (MARINS, 2013)”. Contudo, segundo a autora, algumas famílias não aceitavam o retorno da PSR e outras não tinham familiares na cidade. Com a compreensão de que a questão envolvendo esse público transcendia as fronteiras municipais, o chefe do executivo da capital, conforme a autora, buscou parceria com o governo do estado e os gestores dos demais municípios da Região da Grande Vitória, visando resolver coletivamente o problema. Desse entendimento resultou um serviço de acolhimento institucional destinado aos adultos em situação de rua, instituído pelo governo do estado no Balneário Carapebus, município de Serra-ES. Conforme Marins (2013), as pessoas abrigadas que não fossem restituídas à suas famílias em um prazo de até 90 dias eram compulsoriamente encerradas em carapebus.

---

<sup>23</sup> O serviço de acolhimento em questão funcionava em uma casa localizada na Avenida Beira-Mar, nas proximidades da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, à qual pertencia o imóvel (MARINS, 2013, p. 28).

Esse projeto de acolhimento institucional funcionou por cerca de cinco anos e seu fechamento ocorreu no início dos anos 1990. Segundo a autora, esse fato ocorreu pela compreensão de que as pessoas atendidas eram principalmente migrantes do interior do estado e vindas de Minas Gerais e da Bahia (MARINS, 2013). A autora também afirma que após um lapso de quase um ano sem atendimento pelo poder público, a prefeitura optou por atuar junto ao migrante, e assim, no início dos anos 1990, a prefeitura destinou três serviços ao migrante: o Posto de Atendimento ao Migrante Cidadão (PAMC), instalado na Rodoviária de Vitória, e o Albergue Noturno para Imigrantes e ainda o Posto de Atendimento ao Munícipe Carente<sup>24</sup>.

Marins (2013) explica que a administração compreendia que ao reenviar às cidades de origem as pessoas em situação de rua em Vitória, resolveria o problema. No entanto, a população em situação de rua aumentava cotidianamente. Em função disso, explica a autora, algumas instituições que prestavam serviços filantrópicos à população em situação de rua, como a Fundação Eliezer Batista e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA, foram contratadas pela prefeitura da capital para prestar serviço a esse público.

Com a inauguração da Terceira Ponte, em 1989, empresas se deslocaram, construíram-se novos e luxuosos prédios residenciais, o comércio concentrado na região central de Vitória migrou para a zona norte e consolidou-se com a transferência da Assembleia Legislativa e a inauguração do Shopping Vitória, em 1993. A população em situação de rua inicialmente concentrada na região central da cidade, se espalhou pelos valorizados e bem cuidados bairros de classe média da zona norte e continental: Jardim da Penha<sup>25</sup>, Praia do Canto, Bento Ferreira e Mata da Praia. A exceção ficou por conta das Ilhas do Boi e do Frade, onde era proibida sua entrada.

Marins (2013) observa que, enquanto nas demais cidades do país os governantes municipais buscavam a invisibilidade da população em situação de rua, concentrando-a em determinada área, em Vitória optou-se por torná-la invisível, distribuindo-a pela cidade e mantendo-a em movimento. As pessoas em situação de rua eram incentivadas a “circular”, a

---

<sup>24</sup> O Albergue Noturno instalou-se provisoriamente numa residência alugada pela prefeitura, situada na região da Praça Costa Pereira, e posteriormente em sede própria, no bairro Mario Cypreste (MARINS, 2013, p. 36).

<sup>25</sup> Alexandre Passos, que foi presidente da Associação de Moradores de Jardim da Penha, antes de ser vereador e presidente da Câmara Municipal de Vitória, narra que, nos anos de 1980, houve um movimento de moradores no sentido de proibir que ônibus da região de São Pedro entrassem no bairro. Ele e o então vereador Otaviano de Carvalho tiveram muita dificuldade em convencer os moradores de que o coletivo que trazia os “meninos em situação de rua” era o mesmo que trazia os empregados do comércio e a empregada doméstica que trabalhava nas casas deles.

não ficar em um único ponto. Outros fatores que, na opinião da autora, podem ter contribuído para a migração de parte considerável da população em situação de rua para a zona norte foram a transferência do Centro de Atendimento Dia (CAD) para o bairro de Jucutuquara e a do abrigo para o bairro Jabour, na zona norte.

A sobrevida para o comércio do centro da cidade veio com a inauguração do sistema Transcol, desenvolvido pelo IJSN em 1984 e implantado na Região da Grande Vitória em 1989, concentrou, nos primeiros anos de funcionamento, um considerável fluxo populacional no centro de Vitória, uma vez que coletivos oriundos de bairros dos municípios da Grande Vitória posicionavam-se na Rua Dom Bosco, onde funcionou o primeiro e principal terminal de então, o Terminal D. Bosco, próximo ao centro da cidade. Esse terminal era também muito frequentado pela população em situação de rua, que permutava serviços por comidas e bebidas com os barraqueiros ali instalados.

Com a construção de novos terminais nos municípios da Grande Vitória e, sobretudo, com a desativação do Terminal Dom Bosco, descentralizou-se o comércio do centro da capital e possibilitou-se a criação de pólos regionais nos demais municípios da Grande Vitória. Na segunda metade dos anos 1990, muitas lojas já haviam fechado no centro de Vitória, que perdia paulatinamente o potencial centralizador do comércio. As lojas comercialmente mais expressivas, com maior poder aquisitivo, instalaram-se no Shopping Vitória, que se tornou a nova referência do comércio lojista da capital.

### **2.3.1 Proteção social**

A promulgação da Constituição Cidadã, denominação recebida pela Constituição Federal de 1988, que marcou o processo de redemocratização do País após mais de 20 anos de ditadura militar, trouxe um capítulo (capítulo II) dedicado à seguridade social. O artigo 203 da seção IV define a assistência social como política pública não contributiva, que tem como fundamento a preservação da vida e a dignidade humana. Incluída no campo da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência, a assistência social adquire, conforme Petronetto Serpa (2010), “um caráter de política de proteção social com funções ou referências a proteção, vigilância e a defesa social.”( PETRONETTO SERPA 2010, p 16).

Para a autora, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993<sup>26</sup>, normatizou a Política Nacional de Assistência Social e ampliou sua

---

<sup>26</sup> Essa Lei foi regulamentada, em Vitória, pela Lei 7.101 de 2007, que revogou a Lei 5496 de 2002.

definição, tornando a assistência social direito do cidadão e dever do Estado. Tem a obrigação de garantir seguranças sociais de renda, desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, convívio familiar, comunitário e social (PETRONETTO SERPA, 2010).

Petronetto Serpa (2010) apresenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo no campo da proteção social brasileira. Regula e organiza as ações socioassistenciais em todo o território nacional e passou a vigorar em Vitória em 2005. Nesse período, conforme a autora, foram reordenados os programas, benefícios e serviços existentes e outros entraram em ação. A assistência social da capital, conforme Petronetto Serpa (2010), saiu das ações sociais eventuais para políticas de serviços continuados, com programas, serviços e benefícios organizados por nível de complexidade: Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade (PETRONETTO SERPA, 2010, p. 15).

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social enquanto sistema público não contributivo, descentralizado e participativo e que tem como função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira e regula e organiza as ações socioassistenciais em todo o território nacional, foi implantado em Vitória em 2005. (PETRONETTO SERPA, 2010).

A rede socioassistencial na capital do Estado do Espírito Santo, conforme Petronetto Serpa (2010) desenvolvia 135 programas/serviços/benefícios e projetos nos três níveis da proteção social.

No período entre 2007 a 2009 foram criados 12 (doze) CRAS<sup>27</sup>, que é onde se realiza a atuação preventiva do SUAS. Segundo a autora, em cada território, considerado áreas de vulnerabilidade, onde se implantou os CRAS, existe um “coletivo territorial de proteção social” do qual participa o coordenador do CRAS e técnicos, com a proposta de fazer a gestão territorial local colegiada, trazendo à discussão as situações de vulnerabilidade do território. (PETRONETTO SERPA, 2010, p.17).

A cidade conta, também, com três Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), localizados em Maruípe, na Ilha de Santa Maria e no Centro. Esses serviços de proteção e atendimento especializados são definidos por Petronetto Serpa como “esferas públicas que dão visibilidade e permitem a problematização profunda sobre violações de direitos que permaneceram restritas ao espaço privado das famílias ou foram naturalizados

---

<sup>27</sup> Os territórios foram aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASV.

pela história”. PETRONETTO SERPA (2010, p. 18)

A cidade conta ainda com dois conselhos tutelares, no centro e em Maruípe, este último entrou em operação em 2006.

A cidade de Vitória, conforme a autora, contava em 2010 com cinco abrigos, uma casa de passagem, uma casa-lar, com o Programa Família Acolhedora e repúblicas para jovens. As repúblicas para jovens foram uma alternativa, de suma importância, para adolescentes abrigados que, ao completarem 18 anos, não tendo para onde ir, estariam em situação de rua. (PETRONETTO SERPA, 2010).

Medeiros (2020) mostra, a partir de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, que não basta apenas existir uma rede socioassistencial é preciso interação entre os setores e trabalho em rede.

A pesquisa de Medeiros (2020) estava voltada para a PSR e buscou analisar o acesso desse público às políticas sociais públicas, o atendimento socioassistencial e as diversas modalidades de equipamentos e estratégias socioassistenciais voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua naquele estado. A autora constata que nos moldes atuais, os serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua não conseguem trabalhar autonomia e construção de possibilidades concretas de superação da situação de rua, acabando por contribuir para sustentar as condições dos usuários e apresentando grande dificuldade no trabalho em rede. A maior parte dos serviços voltados ao atendimento da PSR está no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que conforme a autora, “é a principal porta de entrada para o acesso desta população às políticas sociais”. Constatou também que a saúde, apesar de ser a política que interage com mais frequência com a assistência social, tem fluxos precários e pouco diálogo entre os serviços. Além disso, as ações de trabalho e educação para a PSR são pontuais e fragmentadas (MEDEIROS, 2020).

### 3 MÉTODO DE PESQUISA E RESULTADOS

O referencial metodológico adotado para esta pesquisa se insere na perspectiva da metodologia qualitativa de investigação, enraizada na denominada Escola de Chicago, cujos integrantes, professores e estudantes, criaram lentes apropriadas à observação e à compreensão de problemas sociais na cidade de Chicago. Destaca-se a inspiração da pesquisa no método história de vida, que, conforme Santos e Santos (2008, p. 715), “permite obter informações na essência subjetiva de uma pessoa”.

O método história de vida é definido por Nogueira, Barros e Araújo (2017, p. 468) como:

[...] um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisado - pelo pesquisador, como método que pressupõe a existência de vínculo; pelo sujeito, participante da pesquisa que narra sua história, num dado momento de sua vida.

O sujeito narrador não se limita a ser um "objeto" de pesquisa e sua narrativa pode ensejar a abertura de novas interpretações e reelaborações do vivido. (NOGUEIRA, BARROS e ARAÚJO, 2017). Além disso, diz de uma relação entre pesquisador e pesquisado que perpassa um vínculo de confiança, para que seja possível compartilhar a história de vida.

Para Abraão (2003), a história de vida é seletiva e passa por ressignificação, e as lembranças são reconstruídas ao serem relatadas por quem as vivenciou. Abraão (2003, p. 87) cita Bosi (1994, p.55) ao considerar que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”. Assim, sob a ótica do momento presente, cada pessoa relata a história de vida vivenciada.

Convém registrar que o método desta pesquisa inspirou-se no método história de vida, mas não se desenvolveu para além das orientações técnico-metodológicas estabelecidas por ele, uma vez que buscou ouvir o relato da história de vida também por meio dos familiares. Essa escolha metodológica não objetivou confrontar as informações prestadas pela pessoa em situação de rua, mas o intuito de aprofundar a compreensão dos elementos do percurso da história de vida passíveis de relevância ou até mesmo de caráter crucial para que aquela pessoa tenha se deparado com a situação de rua sob as diferentes perspectivas. Conforme Nogueira, Barros e Araújo (2017, p.842), “uma história pode ser contada de várias formas e versões, com distintos aprofundamentos e ramificações dos fios que a conformam”. Nesse emaranhado de fios que narram a história de vida, buscou-se compreender os principais elementos elucidados pelas pessoas em situação de rua e seus familiares.

Nesse contexto, em conformidade com o estabelecido pelo projeto submetido ao CEP

da FLACSO, quatro pessoas em situação de rua foram entrevistadas e quatro familiares, perfazendo sete pessoas entrevistadas pela pesquisa. Também é importante registrar que em virtude da pandemia da Covid-19 que assola o planeta, sendo o Brasil um dos países com maiores índices, foram respeitadas todas as medidas de segurança para as entrevistas, com os devidos cuidados com o pesquisador e as pessoas entrevistadas. As entrevistas presenciais foram conduzidas com atenção ao distanciamento social, utilização de máscaras N95 e álcool 70% líquido. Ao todo, foram sete<sup>28</sup> pessoas entrevistadas, sendo cinco presencialmente e duas por meio de ligação telefônica. Das cinco entrevistas presenciais, três foram de pessoas em situação de rua, e as demais pessoas entrevistadas, tanto presencialmente quanto por meio de ligação telefônica, foram seus respectivos familiares. Os codinomes foram discutidos ou mesmo sugeridos pelas pessoas entrevistadas, incluindo os nomes e codinomes de pessoas que fizeram parte da história por elas narradas.

A história de vida de um senhor em situação de rua entrevistado não pode ser utilizada, apesar da boa vontade e disponibilidade do entrevistado em contribuir e ver sua narrativa registrada, conforme frisou. O fato é que não foi possível localizar pessoas de sua família, apesar dos esforços empreendidos. Apesar disso, consideramos importante mencionar que o Sr. McLaren\* é um homem de 57 (cinquenta e sete) anos, ex-servidor da Prefeitura Municipal de Vitória e sua história de vida está atravessada pelo processo de terceirização dos trabalhadores dos serviços operacionais. Reflexo do fator estrutural apontado por Silva (2006), essa condição de trabalho tem sido cada vez mais imposta aos trabalhadores do Brasil. Assim, aponta a necessidade de compreensão crítica do modo como a terceirização tem precarizado as condições de trabalho, assim como da importância de ações de proteção aos servidores públicos e aos trabalhadores em geral.

Segundo Druck et al (2018), os estudos sobre terceirização tiveram início no País em 1990. As autoras dão conta de que todos os resultados de estudos e pesquisas sobre a terceirização no Brasil têm enfatizado a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho em todos os segmentos. Conforme as autoras, todos os indicadores mostram a degradação do trabalho, perdas de direitos, baixos salários, piora das condições de saúde e os maiores índices de acidentes e vulnerabilidade política dos trabalhadores, que, “dispersos e fragmentados, têm dificuldades para se organizar coletivamente” (DRUCK et al 2018, p.116).

Outra situação ocorrida durante a seleção dos participantes da pesquisa foi com relação

---

<sup>28</sup> Sete foram as entrevistas aproveitadas, por estarem em consonância com o metodologicamente previsto.

ao Djavan\*. A ex-esposa e a filha mudaram-se para Cariacica, cidade da Região da Grande Vitória. Elas foram contatadas por amigos ligados às pastorais da Igreja Católica e concordaram em conceder entrevista. Contudo, o motivo que inviabilizou a participação de Djavan\* foi o fato de ele não se reconhecer como pessoa em situação de rua. Em diálogo, ele relatou que embora esteja cotidianamente na praça e pernoite por lá, pode contar com o apoio da casa da filha, que o abriga quando ele solicita, razão pela qual não se compreende como pessoa em situação de rua.

Outro convidado a participar da pesquisa, o Sr. Doval\*, faleceu antes da entrevista. Registra-se *in memoriam* a possibilidade dessa importante contribuição.

A participante Vida\* foi a primeira entrevistada e desde a fase das primeiras conversas informais para constituição do projeto de pesquisa, ela se dispôs a contribuir. Foi a primeira a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e nos ajudou no convite a sua filha, Joy\*. Foi ela também quem intermediou o contato com a mãe de Alemão Paulista\*, aqui identificada como Nice\*.

A primeira das quatro entrevistas com Vida aconteceu em sua residência, a segunda no hospital onde estava em tratamento, e a entrevista foi a seu pedido. A terceira entrevista deu-se na praça da Prefeitura de Vila Velha, onde, pela segunda vez, entrevistamos Índia Livre\*. E a quarta e conclusiva foi nas imediações da Casa Rosa, uma unidade de apoio às pessoas em tratamento de câncer no Hospital Santa Rita.

A primeira entrevista com Índia Livre foi na casa de sua irmã. Já Alemão Paulista foi entrevistado em uma noite de chuva torrencial em Cariacica, na casa do genro de Vida, um dia após a primeira entrevista com ela.

A entrevista com Laura\* e sua mãe, identificada por Maria\*, apesar de acordada anteriormente, aconteceu por coincidência. Em um domingo de manhã, após uma missa em uma comunidade de Vitória, meu filho e eu fomos à casa da Maria, mas não tínhamos como informá-la de nossa visita por não dispormos do número do telefone. A casa ficava em um morro da cidade, cuja localização não sabíamos ao certo. Quando chegamos ao local, fomos muito bem recebidos pela dona da casa e surpreendidos pela presença da Laura\*, que após uma explicação de sua mãe de quem éramos e do que se tratava, nos disse: “Vocês tiveram sorte. Só estou aqui porque estou tratando desta perna (apontou), que nem me permite pisar no chão. Fui brutalmente espancada com um pedaço de madeira. Estou com escoriações, hematomas e dores por todo o corpo”.

Cabe destacar que as mulheres, conforme IJSN (2018) e MDS (2011), são minorias em situação de rua, em Vitória, na Grande Vitória, no estado e no País. No entanto, constituem

dois terços das pessoas em situação de rua entrevistadas nesta pesquisa e 100% (cem por cento) das familiares entrevistadas.

### 3.1 Histórias de Vida

Diante do exposto, serão apresentadas as histórias de vidas de Índia Livre, Alemão Paulista e Laura, e cada subitem contará com o relato da pessoa em situação de rua e de familiar(es). Reitera-se que a opção por integrar essas narrativas de história de vida é movida pela intenção de compreender a complexidade das histórias a partir das diferentes perspectivas, abarcando seus acordes e desacordes.

#### 3.1.1 A História de Índia Livre

Índia Livre inicia sua narrativa apresentando-se e informando sua condição de raça/cor parda: “Apesar de neta de índios, sou tida como parda, tenho 32 anos, nasci em Vitória. Tenho ensino médio completo”. Índia Livre exerceu funções de atendente, balconista, frentista, operadora de *telemarketing* e barista.

Conforme narra, Índia Livre agora considera sua família como o que ela tem de mais importante. “Minha família, agora, pra mim é tudo [...] Minha mãe é a melhor mãe do mundo [...] Agora, porque eu dei um trabalhinho. Trabalhinho de não reconhecer quem merecia todo o meu amor”. Conforme Nogueira, Barros e Araújo (2017), o sujeito que narra sua história se abre a novas interpretações e a reelaborações do vivido.

Índia credita ao ex-marido a responsabilidade por ela se encontrar em situação de rua: “Meu ex-marido (o segundo marido), foi o pivô de eu me encontrar em situação de rua. Após o falecimento do meu primeiro marido eu conheci as drogas através de meu segundo marido, de quem estou me divorciando. Ele era usuário de drogas. Eu morava em Cariacica. Minha casa era no segundo pavimento da casa de minha mãe. Foi ele quem me trouxe para Vila Velha.”

Segundo Índia Livre, ela estava perdida, confusa, não sabia quem a amava de verdade. Teve que escolher entre a família, a mãe e o marido. Ficou, segundo suas palavras, “ao lado do meu marido”. Foi com ele que ela passou a usar drogas e viver em situação de rua. Entre idas e vindas, conforme narrou, há mais de quatro anos vive nessa situação.

Índia Livre narra da seguinte forma o início de sua vida em situação de rua: “O início foi muito diferente. Tive medo. Quando dava vontade de comer não sabia o que fazer, não

tínhamos dinheiro. Tive que ‘aprender tudo’<sup>29</sup>. Pedir dava muita vergonha. Sempre fui muito antissocial, muito fechada, era difícil eu puxar assunto com alguém, era difícil eu dar um sorriso pra alguém. Foi bem complicado.”

Índia Livre considera que a situação de rua “é uma questão de querer ou não querer”, acredita que é preciso ter força de vontade para superar, que ela diz tentar encontrar, sem conseguir. Afirma o desejo de sair das ruas: “Eu tento encontrar essa força de vontade, eu não sei onde ela está. Não encontrei. Minha vontade de achar ela é muito grande. Meu maior desejo é sair dessa vida”.

Índia Livre acredita na prevenção à situação de rua. Em sua opinião, a maioria das pessoas nessa situação passaram por sofrimento: “A maioria das pessoas que estão em situação de rua são pessoas que sofreram alguma coisa emocional na família ou são afastadas de alguém ou alguma coisa de que elas gostavam muito”. Também afirma que é “a maioria dos casos que ouvimos aqui. (na rua)”. Índia Livre ilustra sua afirmativa com a seguinte narrativa: “Há uns dias atrás um rapaz chegou aqui e pediu os ‘instrumentos’ para usar (crack), havia dez anos que não usava, ele nem sabia segurar nas coisas. O que levou ele a fazer isso? A separação da mulher, a separação. A mulher largou, ele caiu”. Desse modo, indica o fator biográfico (SILVA, 2006), tanto quanto o sofrimento social (BERTINI, 2014), como principais componentes da situação de rua.

Índia Livre não só acredita na prevenção para evitar que pessoas vivam em situação de rua como também sugeriu algo que considera importante para esse fim: “Eu penso que seria importante para um trabalho de prevenção o trabalho de campo. Mostrar para aquela pessoa que está caminhando para situação de rua ver como vivem as pessoas que estão nessa situação, o que elas passam, como é essa vida. Para ela ver se é aquilo que ela quer para a vida dela”.

Um dos fatores do uso de drogas, na opinião de Índia Livre, é a frustração: “A pessoa fica frustrada em casa, na verdade o filho está em casa e recebe de um amigo a oferta de droga, qualquer droga, ele aceita e se tiver alguma rixa na família, mágoa de alguma coisa ou alguém, se é afastado de alguém ou de algo que gostava muito... ele vai usar e vai usar. Na hora parece que é uma onda, parece que vai esquecer de tudo, mas vai camuflar e depois vai voltar e continuar do mesmo jeito”.

Índia assim narra a trajetória de sofrimento social que a levou às drogas e por consequência a situação de rua:

No meu caso, eu fui apresentada às drogas quando estava iniciando um

---

<sup>29</sup> “Aprender tudo” significa manguear – usar dos artifícios para obter o que precisa.

relacionamento após perder uma pessoa que eu amava, meu primeiro marido. Havia dois ou três anos que isso havia acontecido. Nesse período eu não havia ficado com ninguém. Minha família sempre abriu o coração pra mim, mas por também ouvir pessoas da minha faixa etária, pessoas que estavam ao meu redor e falavam pra eu me relacionar com essa ou aquela pessoa, mesmo não havendo sentimento. Diziam: é melhor namorar um amigo que conhecia a pessoa que morreu do que um desconhecido que nunca viu na vida [...] Acabei namorando com uma pessoa que não foi tão boa nem tão ruim. Foi uma decepção e um aprendizado. Foi assim que acabei caindo.

Índia Livre diz que não se lembra muito de sua infância. Recorda, no entanto, que quando o pai foi embora, ela era muito nova e sua irmã era de colo. Demonstra arrependimento por ter culpado a mãe e por ter dito isso a ela. Quanto ao arrependimento, se expressa da seguinte forma:

Se eu pudesse voltar atrás... não posso. Mudaria o que disse e pensei sobre minha mãe. Minha mãe sempre me deu de tudo. Ela deu o suor dela todos os dias. Ver (lembra) quando ela chegava com as compras que tinha o biscoitinho, o da abelhinha. Às vezes não tinha dinheiro para trazer para as duas, ela dividia ao meio, cada uma levava a metade (para merendar na escola). Ela acordava de manhã bem cedo para fazer ovo quente, colocar sal dentro para a gente comer. Não como mais isso (risos). São coisas que me lembro e que machuca. Ela fazia tudo isso e eu a culpava por meu pai ter saído de casa.

Índia Livre tinha o pai no mais alto conceito. “Para mim meu pai era tudo, mesmo não estando ali. Eu achava que ela (sua mãe) tinha que fazer tudo o que fazia mesmo (trabalhar, colocar comida em casa, pagar as contas...) quando ela estava fazendo o papel dela, quando fazia o dela e o dele, tentando suprir a gente de todos os lados”.

Para Índia Livre, a adolescência foi a melhor fase de sua vida: “Foi toda na igreja. A gente cresceu na igreja”. Saudosa desse período, narra sua vida de então:

Se eu pudesse, eu voltava atrás... Eu era da Primeira Igreja Batista Missionária. Eu me batizei com dez anos, no ano de dois mil, para entrar em um grupo que fazia apresentações de dança coreografada e peça teatral. Fiquei bastantes anos. Passei minha adolescência até chegar na fase de namoradinhos. Na época a igreja era um pouco mais rígida. Se a gente pegasse na mão do menino, desse um selinho, o pastor já dava uma bronca. Foi muito bom. Foi uma época muito boa. Eu viajava para fora do estado para fazer teatro e coreografia. Dancei em vários teatros, inclusive o Carlos Gomes.

Índia Livre narrou como conheceu o primeiro marido, aqui identificado por Virgílio\*, o choque de valores que marcou o início e a relação e até sua morte prematura.

Eu conheci o Virgílio\*, ficou um pouco estranho porque a gente era da igreja e ele não. Ele tinha os vícios dele (fumava maconha) e eu no máximo fumava um cigarro e bebia clandestinamente uma bebida com álcool com ele. Quando o conheci me afastei um pouco da igreja, saía e voltava até que resolvemos nos casar. Estávamos com dois anos de namoro quando a gente entrou com um processo de casamento no civil. A gente só ia casar no cartório.

Lembro que iria usar uma saia azul-claro e uma blusa, também azul, porém azul-celeste. Com um mês o pessoal da igreja, a mocidade, minha mãe e o pastor, fizeram assim, me deram tudo: a mobília da casa, uma viagem de lua de mel, um casamento com direito a vestido, véu, grinalda e festa. Quando fez sete meses de casado ele

morreu.

Eu era bem mais complicada para morar junto. Tanto que ele ia pedir conselhos à mamãe. Eu não sabia. Uns dias antes da morte dele, ele esteve conversando com minha mãe sobre mim. Quando ele faleceu, levou um tempo para cair a ficha. Se eu não tivesse visto o corpo dele ali, eu iria achar que ele havia se salvado e estava em algum lugar perdido. O lugar em que aconteceu o acidente era um lugar que a gente gostava muito. Não entrava em minha mente que o lugar que a gente mais gostava, mais amava, era o lugar em que ele morreu.

A morte de Virgílio fez com que Índia Livre se tornasse uma pessoa, como se definiu, “muito mais antissocial, muito mais rancorosa e brigona”. O sofrimento social, conforme apontam Werlang e Mendes(2013), implica perda dos objetos sociais, como os desejos, sonhos e vínculos. Foi nessa época que, segundo ela, desenvolveu bipolaridade. Nesse período, conforme narra, sua mãe foi muito importante em sua vida:

Minha mãe, mais uma vez, mostrando o quanto se importava, largou tudo pra trás, inclusive meu pai, e foi morar comigo em outro estado. Era uma cidade de clima frio, o que segundo a psicóloga contribuiria na recuperação. Eu precisava tratar o humor, o mau humor. Foram seis meses naquela cidade. Nesse período meu pai ia, no máximo, uma vez ao mês nos ver. Naquela cidade conheci uma pessoa, chegamos a namorar, mas não foi à frente. Foi uma fase difícil, mas legal.

### **A história de Índia Livre por Vida, sua mãe**

Vida\*, mãe de Índia Livre, de 54 anos, cursou o ensino médio completo e se autodeclara branca. Optou por iniciar sua narrativa a partir do período anterior ao casamento com Índio, pai de Índia Livre.

Vida conta que tinha 16 anos quando conheceu Índio. Em um período de oito meses namoraram, noivaram e se casaram. Conforme narra, não amava Índio e disse isso a ele no início do namoro e no dia do noivado. A decisão de casar-se, mesmo contra a vontade dos pais, deu-se pelo desejo de sair da sua casa, desejo que, conforme narra, nutria desde a infância. Foi a forma encontrada para livrar-se do sofrimento pelas constantes agressões que sofria do pai.

Depois de cinco anos de casada, após tratamento, engravidou e concebeu Índia Livre, sua primogênita. Pouco mais de um ano depois, teve Joy.

No dia em que completávamos dez anos de matrimônio, Índio me disse que estava indo embora. Eu estava fora do mercado de trabalho desde o nascimento de Índia Livre, alguns amigos me ajudaram a arranjar um emprego. Fui trabalhar em um consultório dentário para dar o que comer para minhas filhas, uma vez que ele não ajudava com nada. Foi uma época em que eu quase não tive tempo para minhas filhas. Saía pela manhã, quando elas ainda dormiam, e quando retornava elas já haviam dormido.

Nesse período eu me excedi na bebida. Foi também nesse período que conheci um rapaz com o qual tive um relacionamento que durou cerca de três anos. Foi ainda nesse período que Índia Livre tornou-se muito rebelde, com frequência eu era chamada na escola por causa de confusões nas quais ela se envolvia. Índia Livre brigava e mentia para justificar e encobrir certas ações, que só soube anos depois, através de Joy.

Passados seis anos da separação, Índio retornou. Fato que Vida narra da seguinte forma:

Depois de seis anos separados, da forma que saiu, Índio retornou. Tinha um corte de faca na palma de uma das mãos. A reação que tive com seu retorno foi a mesma que tive com sua saída: nenhuma. A única coisa boa nisso é que pelo menos ajudaria na alimentação das filhas, coisa que não fez enquanto esteve fora. Cuidei da ferida que um tempo depois soube que fora feita pela mulher com a qual ele foi morar e com a qual tinha uma filha, da idade da Joy.

Índia Livre era, no dizer de Vida, “encrenqueira,” mentia para ficar na quadra poliesportiva brincando, brigava com outros alunos e alunas para defender a irmã e a honra da mãe. Em virtude desses desentendimentos, Vida perguntou à filha o que estava faltando, uma vez que tudo que fazia era para elas, as filhas. Para surpresa de Vida, ela respondeu: “Falta amor, falta você!” Vida não soube o que dizer. Acreditava que “estava fazendo o melhor para as filhas, o que acreditava ser o certo”, conforme suas palavras.

As palavras de Índia Livre ecoavam no pensamento de Vida, que se convenceu de que, de fato, não tinha tido muito tempo para dedicar-se às filhas. Tomou a atitude de sair do emprego de atendente de consultório dentário e passou a dedicar-se ao trabalho de manicure, função que desde a adolescência exercia como complemento de renda. Foi trabalhar em um salão no bairro em que morava. Dado o difícil relacionamento das filhas com o companheiro de Vida, que morava com elas, decidiu findar o relacionamento.

Vida, cuja mãe era católica praticante, tornou-se evangélica. Sentia-se bem na Igreja Batista e acreditava que, conforme narra, essa seria para ela uma forma de estar mais próxima das filhas. Tinha intenção de levá-las para a igreja e o fez. Índia Livre integrou-se a um grupo de dança, ou ministério da dança, da igreja. Ali ela se expressava e se via realizada. Sua relação com as demais meninas, entretanto, era sempre “espinhosa”. Índia Livre continuava mentindo e defendendo essas mentiras, fosse por coisas sérias ou sem importância, como se fossem verdade. Conforme declara Vida, Índia Livre “fazia de suas mentiras suas verdades”.

Passados seis anos da separação, Índio retornou, como narra Vida:

Depois de seis anos separados, da forma que saiu, Índio retornou. Tinha um corte de faca na palma de uma das mãos. A reação que tive com seu retorno foi a mesma que tive com sua saída: nenhuma. A única coisa boa nisso é que pelo menos ajudaria na alimentação das filhas, coisa que não fez enquanto esteve fora. Cuidei da ferida que um tempo depois soube que fora feita pela mulher com a qual ele foi morar e com a qual tinha uma filha, da idade da Joy.

Quando Índia Livre completou 15 anos, Vida trocou a Igreja Batista pela Assembleia de Deus, conforme relata:

Nessa igreja me tornei missionária e Índia Livre organizou grupos de dança e de canto, semelhantes aos que ela organizava na Igreja Batista, e os liderava. Índia Livre gostava muito de dançar e cantar. Eu, por alguma razão, achava que Índia Livre devia pregar, ser missionária e a forçava a isso. Eu não dava conta de que essa não era sua

vocação. Era, sim, um desejo meu e não da minha filha [...] Eu havia me tornado muito radical, só agora percebo.

Na adolescência, aos 16 anos, Índia Livre conheceu Virgílio\*, que residia próximo à igreja, e com ele iniciou um namoro. Eles se apaixonaram e aos 19 anos queriam casar: “Eu achava que minha filha deveria conhecer mais da vida, estudar e viver sua juventude, coisa que ela não havia feito. Índia Livre, no entanto, estava decidida e me disse que se eu não permitisse seu casamento, ela iria morar com o namorado. Diante desse quadro não tive alternativa que não fosse permitir”.

Para os valores cultuados por Vida, “morar” era algo inaceitável. Tratando-se de uma moça, isso macularia sua imagem. Assim, casaram-se, e diferentemente do casamento de Vida, houve enxoval e festa. Vida e o marido construíram a casa de Índia Livre no segundo pavimento de sua casa. Índia Livre comemorou cada um dos meses que se seguiram. No sétimo mês, os pais de Virgílio foram a uma cachoeira que sempre frequentavam no verão e convidaram o casal a ir com eles. Índia Livre trabalhava no comércio, era vendedora em uma loja de roupas e poderia acompanhá-los naquele sábado. Naquele fatídico dia, Virgílio sofreu um acidente: caiu, bateu a cabeça em uma pedra e veio a óbito. Os pais do rapaz foram à casa de Vida para dar a notícia do ocorrido.

Fui à loja em que Índia Livre trabalhava e pedi que ela me acompanhasse até em casa. Índia Livre estranhou, eu não tinha o hábito de frequentar a loja, menos ainda pedir para que ela deixasse o trabalho, no meio do expediente, para me acompanhar. Ao nos aproximarmos de sua casa, vendo os sogros no portão, pela fisionomia desses, Índia Livre deduziu o que havia ocorrido e entrou em estado de histeria. Foi inútil, tanto as tentativas de acalmá-la quanto, depois, a de convencê-la de que Virgílio havia falecido. Índia Livre recusava-se a crer no que a mãe e os sogros diziam.

Vida teve que levá-la à cachoeira onde o acidente havia ocorrido e ao chegar, ela presenciou os bombeiros retirando o corpo do marido das águas. Índia Livre desmaiou e ao despertar, ainda se recusava a crer no óbito do marido. Achava que Virgílio, já dentro do caixão, estava lhe pregando uma peça. Conforme lembra Vida, Índia Livre dizia: “Levanta! já está sem graça. Você está querendo me assustar”. Conforme Vida relatou, foram anos de tratamento psicológico, pois o sofrimento transformou-se em transtorno psicológico.

Nessa época, Vida tornou-se missionária, passando a fazer palestras e ajudando na fundação e no fortalecimento de novas igrejas. Conforme ela afirma, “mal chegava em casa, tinha que sair novamente”. Em muitas dessas viagens levava uma das filhas ou o marido, e numa delas, para o interior de Minas Gerais, levou Índia Livre. A temperatura média ali era fria, lembrava Domingos Martins, no Espírito Santo. Foi nessa cidade que Índia Livre conheceu Rêver\* e eles iniciaram um namoro. Apesar de passarem meses sem se ver

pessoalmente, tinham muita proximidade, falavam-se cotidianamente pelas redes sociais e pelo telefone. Índia Livre sentia-se, conforme sua mãe, uma pessoa extremamente feliz.

A fase de sofrimento oriunda da morte de Virgílio parecia superada e Índia Livre vislumbrava planos ao lado de Rêver, quando recebeu um telefonema dele terminando o relacionamento. Surpresa e desapontada, Índia Livre quis saber o que havia acontecido. No dia anterior haviam se falado e estava tudo bem. A justificativa de Rêver foi que uma missionária, que estivera na igreja em que ele congregava, disse ter tido uma revelação de que Índia Livre não seria coisa boa para a vida dele, e por isso não deviam se casar. Índia Livre chorou copiosamente, retomou o sofrimento social e isolou-se das pessoas, mesmo as mais próximas. Passou a beber compulsivamente e, segundo Vida, perdeu o ânimo e a vontade de viver.

Vida continuou com sua missão e, nas poucas vezes em que estava em casa, tentava, sem sucesso, levar Índia Livre para ver lugares e pessoas diferentes. Algum tempo depois, um colega da adolescência, admirador de Índia Livre, passou em frente à sua casa e, ao vê-la sentada junto ao portão, puxou conversa, retornando no dia seguinte e assim sucessivamente. A demonstração de carinho e atenção fez com que Índia Livre se afeioasse ao rapaz, aqui identificado como Donato\*. Em alguns meses passaram a namorar. Donato era usuário de drogas e Índia Livre passou a acompanhá-lo. Passavam o dia inteiro juntos, na casa da mãe do rapaz. Desde a morte de Virgílio, Índia Livre não conseguia mais emprego, e se o arrumava, nele não permanecia. Índia Livre passou a compor a fração de classe que Marx (2013, p.461) denomina exército industrial de reserva.

Donato, segundo Vida, não usava drogas na casa da mãe. Saía para fazer uso na rua e frequentemente ficava “virado”<sup>30</sup>. Dado o sofrimento pelo sentimento de perda que adquiriu, Índia Livre se martirizava por ficar em casa enquanto o companheiro estava nas ruas, sem que ela sequer soubesse onde, e por isso passou a acompanhá-lo em suas “viradas.” Era, porém, era rechaçada pelos demais usuários, por não consumir drogas ilícitas. Para ser aceita, Índia Livre passou a consumir. Para custear o vício, Donato praticava furtos na residência da mãe e no comércio da avó, e por essa razão foi proibido de entrar em ambos os lugares. Em estado de pobreza absoluta, sem ter como custear um aluguel, foi viver em situação de rua e Índia Livre o acompanhou.

A mãe de Donato, conforme relata Vida, o encontrou em situação precária nas ruas e o

---

<sup>30</sup> A expressão "virado" é uma gíria e significa ficar acordado, sem dormir.

convenceu a fazer um tratamento, conduzindo-o a uma cidade do interior da Bahia. Foi por meio dessa senhora que Vida soube que a filha estava vivendo em situação de rua. Índia Livre mentia para a mãe dizendo que morava em um bairro vizinho, em uma casa alugada, e sempre tinha uma desculpa para a mãe e a irmã não irem visitá-la. Joy\* soube por amigos e contou a Vida que Índia Livre e outras pessoas em situação de rua, também usuárias de drogas, ficavam em uma casa abandonada no bairro onde ela dizia morar.

Com a internação de Donato, Índia Livre me pediu para também interná-la. Seguindo orientação de uma psicóloga, a levei para uma cidade do interior de Minas Gerais, onde a temperatura média era bem fria. Deixei Joy, minha filha mais nova, que havia se casado e tinha um filho pequeno, e meu marido, para que Índia Livre pudesse fazer seu tratamento em outro estado. Durante seis meses vivemos nessa cidade. Nos primeiros três meses o tratamento parecia surtir bons efeitos. Eu via nos olhos de minha filha que ela estava se recuperando. Tanto que sua beleza chamou a atenção de alguns rapazes, um em especial, que aqui vamos chamar de Matuto. Esse rapaz se apaixonou por Índia Livre e desejava casar-se com ela. No entanto, a partir do quarto mês, Índia Livre tornou-se agressiva e recusou-se a continuar com o tratamento.

Sem que ninguém soubesse, Índia Livre e Donato se comunicavam pelas redes sociais, conforme Índia Livre confidenciou a Joy, tempos depois. No terceiro mês de tratamento no interior da Bahia, Donato fugiu e encontra-se nas ruas de um dos municípios da região da Grande Vitória. A partir desse período, a convivência de Vida com Índia Livre tornou-se praticamente impossível. As agressões verbais e até mesmo físicas por parte da filha só aumentaram. Joy, que além de irmã e melhor amiga, havia levado o filho para a mãe vê-lo, estava hospedada na casa e tinha a previsão de retornar no final da semana em que chegou, mas não conseguiu suportar ficar sob o mesmo teto com a irmã e antecipou o retorno à capital. Vida, que a partir do terceiro mês, passou a ser frequentemente agredida com palavras, com o passar dos dias já era também agredida com empurrões. Com alto grau de *stress* e precisando resolver problemas pertinentes à família, decidiu retornar a Vitória. Era o sexto mês em que Vida e Índia Livre se encontravam naquela cidade. Dois dias após o retorno de Joy, Vida viajou para a capital, onde permaneceu por dois dias. Ao retornar à cidade mineira onde estava vivendo, não encontrou mais a filha. Teve início uma busca, inclusive nas redes sociais, registro de desaparecimento e desesperados pedidos de ajuda para encontrá-la. Após semanas de angústias e aflições, Vida retornou a Vitória, onde, cerca de três meses depois, Índia Livre foi vista por amigos da família tentando vender um aparelho de som que Donato havia furtado da casa de sua mãe.

Alguns dias após, Donato deixou Índia no portão da casa de Vida e Índia disse à mãe que queria retomar o tratamento. No afã de ver a filha curada, Vida procurou ajuda e encontrou um projeto, de uma igreja evangélica. O projeto era extremamente precário e o “tratamento” era à base de orações, sem conforto algum, pouca comida e nenhum medicamento ou pessoal

especializado. Uma semana depois, Vida levou Índia Livre a outro projeto, um pouco mais bem estruturado. Vida permuta seu trabalho para custear o tratamento da filha. Durante seis meses, Índia Livre permaneceu nesse projeto. Nesse período ela conheceu Devil\*, a pessoa que, conforme Vida e Joy, levaria Índia Livre para baixo do fundo do poço.

No projeto, Índia Livre e Devil iniciaram um namoro e casaram-se. Quando deixaram o projeto, pediram que Vida morasse com eles até poderem “caminhar com as próprias pernas”. Alugaram uma casa em Vila Velha, na Grande Vitória, onde viveram por cerca de um ano.

Os primeiros seis meses, conforme Vida, foram marcados por projetos e sonhos<sup>31</sup>. Após esse lapso de tempo veio o período que Vida acredita ser o de abstinência. Tem início um período de agressões verbais e ameaças tanto do genro quanto da própria filha. Considerando ter chegado ao limite, Vida decidiu deixar o casal e seguir o próprio rumo. Com a saída de Vida, Devil resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro. A esse respeito, Vida declara: “Não houve argumento que o demovesse de tal decisão. Todos os argumentos possíveis foram utilizados pela família de Índia Livre. Devil tinha, conforme Vida e Joy, ‘um descomunal poder de persuasão sobre Índia Livre.’ Vida não sabia se se tratava de respeito ou de pavor”.

Nessa época, Índia Livre estava com cerca de um mês de gravidez e esse foi o motivo que levou a família a tentar demover o genro de ir para outro estado. Mesmo contra, Vida, conforme narra, conseguiu um caminhão para levar a mobília. Após um período sem contato com o casal, Vida recebeu um telefonema do genro informando que Índia Livre encontrava-se internada em um hospital da cidade. Estava no nono mês de gestação. Vida mandou passagem para a filha regressar e Devil veio junto com ela. Como haviam vendido toda a mobília, Vida os abrigou em sua casa e, dada a difícil convivência com o genro, Vida cuidou de conseguir móveis e utensílios domésticos e montou casa no segundo pavimento de seu imóvel para o casal morar.

Devil queria ter um filho homem e quando soube que seria uma menina, a renegou. Faltando uma semana para a filha do casal completar o primeiro ano de vida, Índia Livre e Devil deixaram a filha com Joy, sob a alegação de que iriam ao mercado, e não mais retornaram, para desespero da família, que não sabia o paradeiro do casal. Somente algum tempo depois a família obteve notícias: Devil e Índia Livre estavam vivendo em situação de rua na cidade de Vila Velha e ele constantemente a agredia: “Eu soube por outras pessoas que viviam em situação de rua naquela região da cidade que Devil tinha ciúmes de Índia Livre, por isso a agredia. Então

---

<sup>31</sup> Ver Anexo B.

deduzi que ele estava perdendo ou havia perdido aquele poder de persuasão que sempre teve sobre Índia Livre desde que a conheceu”.

Em uma das muitas agressões de Devil, Alemão Paulista, veterano das ruas, interveio em favor de Índia Livre. Disse a Devil que não fizesse mais aquilo com a moça, do contrário teria que se ver com ele. Índia Livre acabou se separando de Devil e passou a contar com a proteção de Alemão Paulista, que pouco depois se tornou seu companheiro.

Depois de alguns meses vivendo em situação de rua na companhia de Alemão Paulista, Índia Livre engravidou. Durante a gestação permaneceu na rua, até a prisão de Alemão Paulista, o que se deu quando ela estava com nove meses de gravidez, conforme narrou Vida. Índia Livre retornou à casa da mãe, onde mais uma vez foi acolhida. Joy acredita que se não fosse a prisão de Alemão Paulista, possivelmente Índia Livre não teria retornado à casa dos pais para ter sua segunda filha<sup>32</sup>.

Três meses após o nascimento da filha, Alemão Paulista foi posto em liberdade. Em função disso, Índia Livre pediu à mãe que permitisse a ele viver com ela em sua casa. Desejosa de que a filha não mais vivesse em situação, mais uma vez Vida montou casa para a ela, Alemão Paulista e sua mais jovem neta, no segundo pavimento de sua residência.

Alemão Paulista foi contratado pelo cunhado de Vida para trabalhar na indústria da construção civil. Enquanto Índia Livre cuidava da casa, das filhas e fazia planos para o futuro, Alemão Paulista não fazia planos. Quando falava era do presente e do passado, e do quão insignificante sentia-se trabalhando na construção civil: “Ser invisível eu já estou acostumado. Na rua, pelo menos, sou temido e respeitado, sou o Alemão Paulista.”

Segundo Vida, a filha do casal estava com seis meses quando Alemão Paulista e Índia Livre encheram uma mochila com roupas da criança, disseram a Joy que fariam um passeio e sumiram. Vida, ainda debilitada pelo tratamento com quimioterapia, seu marido e Joy vasculharam a cidade em busca da criança, sem estrutura para viver em situação de rua.

Eu temia que a criança pudesse ser vendida ou trocada em uma boca de fumo. Somente dois dias depois consegui o paradeiro deles. Fui taxativa e disse a eles: Se vocês quiserem ficar nas ruas, que fiquem, minha neta não. Eu quero minha neta.” Índia Livre chorou, recusou-se a entregar a menina. Alemão Paulista me ameaçou de morte e quem quer que pegasse a criança. No entanto, apesar do risco, arrebatei minha neta do colo de minha filha e a levei comigo. Depois me dirigi ao conselho tutelar para regularizar a situação.

### **A história de Índia contada por Joy, sua irmã**

---

<sup>32</sup> Vida encontrava-se em recuperação de uma cirurgia de câncer de mama.

Joy, assim como Índia Livre, iniciou a história se apresentando: “Sou Joy\*. tenho 30 anos, tenho ensino superior (incompleto), sou parda, tenho aparência de índia, sou irmã da Índia Livre”. Conta que quando criança, Índia Livre era muito caseira e tinha personalidade forte: “Éramos muito próximas, fazíamos tudo sempre juntas, por isso sinto muito a falta da minha irmã”.

Segundo Joy, Índia Livre e ela sempre foram muito amadas pela família, tinham boa relação com as crianças e eram bem quistas pelos vizinhos. Na escola, além de esportes, Índia Livre gostava muito de desenhar. Segundo Joy, sempre que possível, Índia Livre arranjava um jeito de matar aula, mas sempre passava de ano. Índia Livre, em sua opinião, tinha espírito de liderança. Na escola, ela induzia as pessoas a fazer o que ela queria. Joy ilustra tal afirmativa da seguinte forma: “Ela dizia: vamos matar aula hoje para a gente jogar bola na quadra, vamos matar aula para poder ir mais cedo para casa”.

Quando se mudaram para a casa em que ela e a mãe residem, a relação com os vizinhos mudou um pouco, principalmente com os vizinhos de rua. O que ela explica da seguinte forma:

A gente brincava muito de bola na rua (ela e Índia Livre) e sempre éramos nós duas meninas e o restante eram meninos. As meninas que tinham daqui gostavam de ficar mais no cantinho delas, brincavam com outras coisas e tinham birra da gente. Então éramos nós duas brincando na rua com os meninos. Um desses meninos de então foi o rapaz com o qual Índia Livre se relacionou após a morte do Virgílio.

Índia Livre, segundo relata Joy, não interagiu com os vizinhos. Joy, entretanto, se considera “mais conversadeira”. Conforme lembra Joy, foi na adolescência que Índia Livre começou a se isolar, tornando-se mais fechada. Ela era, conforme Joy, mais de fazer as coisas na surdina e dá um exemplo:

Quando ela namorava Virgílio, ela ficou sumida um tempão, salvo engano, uma semana. Minha mãe quase enlouqueceu. A gente ligava, ela não atendia. Depois a gente ficou sabendo que ela estava na casa do Virgílio. A mãe dele ligou para minha mãe para dizer que não precisava se preocupar, que Índia Livre estava na casa dela com Virgílio e que estava bem. Minha mãe e meu pai foram lá conversar com Índia Livre, pedir que ela voltasse para casa. Ela concordou, mas por qualquer coisa voltava pra casa do namorado que se tornou marido. Era só pedir para fazer alguma coisa dentro de casa, dizer que tinha que lavar as vasilhas, que tinha que parar de ficar dormindo até tarde... Ela já se irritava e era motivo de querer sair de casa.

Joy relata que o fato de uma pessoa da família ficar em situação de rua afeta a todos. Todos sofrem, de forma diferente, não apenas a pessoa em situação de rua.

Eu nunca pensei que Índia Livre pudesse viver em situação de rua. Muitas pessoas a viam na rua e diziam: sua irmã estava vendendo panelas, vendendo roupas, vendendo algumas coisas. As pessoas, na dúvida, ficavam observando para ver se era ela mesma. Ela “sujou” o nome dela. Ela comprava (no crediário) várias roupas em lugares diferentes para vender nas ruas ou permutar por drogas. A família não imaginava, nem acreditava que aquilo estava acontecendo, até o dia que a ficha caiu. Foi uma mistura de dor, sofrimento, impotência, vergonha... difícil de explicar.

Joy assim reage ao fato de sua irmã se encontrar em situação de rua: “Quando uma pessoa da família se depara em situação de rua afeta a todos. Dá um sentimento de tristeza e impotência [...] a gente fica desejando acordar de um pesadelo que não se acaba”. Segundo Joy, desde a infância, a Índia Livre mentia para se beneficiar de alguma coisa.

Depois que o marido morreu, ela passou a fazer de suas mentiras verdades nas quais acreditava. Um tempo depois da morte de Virgílio, narra Joy, Índia Livre passou a se relacionar com um rapaz, aqui identificado como Donato. Era como se ela dissesse: “Vou experimentar tudo logo”. A morte do Virgílio, na opinião de Joy, fez com que aumentassem a capacidade de mentir e o potencial de furto de Índia Livre. Tudo isso Joy acredita que ela já fizesse antes, em menor proporção, e justifica: “Como a gente não quer isso para a família, a gente não queria acreditar, não queria acordar para a realidade”.

Depois que Virgílio morreu, Índia Livre voltou a morar na casa dos pais, segundo Joy. No entanto, passava mais tempo na casa de Donato, que morava com a mãe. Depois que assumiram o namoro, Índia Livre dizia para a mãe que ia para a casa de Donato, enquanto para a mãe dele diziam estar indo para a casa de Vida, quando, de fato, estavam na rua. Para Joy, foi aí que teve início a situação de rua da Índia Livre. Sua transição para a situação de rua aconteceu, conforme Joy, paulatinamente. No início ficava horas, depois um dia, com o tempo dois dias, depois ficou uma semana, depois um mês, dois meses, agora só voltava para comer, tomar banho e vestir roupas limpas.

Houve um período, narra Joy, em que Índia Livre ficava em casa. No entanto, ela sempre tinha algum evento para ir e para o qual a chamava. Dizia:

“Vai ter um evento de uma amiga minha, vamos?” Teve um evento desses que fui e presenciei algo que me fez vir correndo para casa. Eu fiquei com muito medo, sou muito medrosa, principalmente pra certos tipos de coisas. Eu vi quando uns amigos dela deram dinheiro para ela comprar as drogas. Ouvi eles dizendo: “Traz pra mim, traz pra mim também, eu também vou querer...” Eu vi que era ela quem estava à frente disso. Donato ia sempre com ela, mas era ela quem tomava a iniciativa. O pessoal dava o dinheiro na mão dela ou ela pedia e dizia: “Estou indo buscar.” Ela sempre teve esse espírito de liderar.

Quando estávamos na igreja, ela liderou os jovens, liderou a dança coreografada, a mocidade. Ela sempre foi líder, sempre tomou a iniciativa.

Segundo Joy, no período que antecedeu ao tratamento de Índia Livre em Minas Gerais, ela ficou dois ou três meses na rua:

Índia Livre e Donato alugavam dessas casas em que o proprietário não exige o primeiro aluguel na entrada, não levavam os móveis, até porque não os tinham. Era só para justificar para a mãe dele e para minha mãe que estavam morando em uma casa, mas eles não ficavam lá. Durava só um mês, pois não tinham com que pagar o aluguel quando esse vencia.

A mãe de Donato o encontrou em situação precária nas ruas e o convenceu a fazer um tratamento. Essa foi a época que Índia Livre havia ficado o maior tempo, até então, em situação de rua. Foi também a época em que ela passou a furto as coisas

de dentro de casa, coisas dos parentes. Uma tia minha só não a entregou para a polícia em respeito à minha mãe. Ela (Índia Livre) havia furtado um táblete do filho de minha tia.

Minha mãe buscou convencer Índia Livre a se internar, ela não queria. Foi então que minha mãe teve a iniciativa de tirá-la daqui [do bairro onde moravam]. O entendimento da família era que a influência das pessoas com as quais ela se relacionava estava fazendo mal pra ela. Levou-a para se tratar em Minas Gerais, foi a primeira tentativa.

Quando elas ficaram em Minas Gerais, eu já estava casada e tinha um filho. Eu o levei para minha mãe vê-lo e fiquei uma semana. Havia seis meses que minha mãe e minha irmã estavam lá. Minha mãe estava esgotada. Ela me pediu para ficar com Índia Livre enquanto ela ia a Vitória. Seria um pouco para espairecer, e para resolver problemas relativos à família. Os primeiros dias em que estivemos todas juntas foi bom. Nos três últimos, ela infernizou minha vida, me fez chorar. Ela empurrou minha mãe, fez minha mãe chorar. Dois dias antes de minha mãe ir para Vitória, Índia Livre me fez ir embora. Eu não tive como ficar, não tive como conviver com ela.

No dia em que Vida veio para Vitória, Índia Livre disse-lhe que resolveria sua vida com o rapaz. Nesse ínterim, segundo Joy, Índia Livre se comunicava com Donato, articulando sua volta à região da Grande Vitória, e fez com que o “Matuto” comprasse a passagem. Depois de um tempo vivendo nas ruas, a mãe de Donato conseguiu tirá-lo novamente, e ele pediu perdão a Vida e a sua família por ter levado Índia Livre para as drogas.

A situação dela ficou ainda pior, segundo Joy, quando ela conheceu o Devil. Essa pessoa é exatamente o que o nome dele significa, afirma<sup>33</sup>: “Ele (Devil) tinha um domínio sobre Índia Livre, coisa absurda, inacreditável. Ele a levou para as ‘drogas pesadas’ (cocaína, crack, raspa...), nos fez perder as esperanças de recuperar minha irmã. Essa esperança voltou a existir quando eles romperam a relação, coisa que acreditava que não iria acontecer, dado o grau de submissão que Índia Livre tinha para com ele”.

Conforme afirma Joy, ela e a família conheceram Alemão Paulista quando Índia Livre teve a segunda filha e passou o resguardo na casa dos pais. Após três meses do nascimento da criança, Alemão Paulista foi solto e Índia Livre pediu para deixá-lo ficar na casa da mãe: “Minha mãe, mais uma vez, montou casa para ela. Faltando uma semana para a criança completar seis meses de vida, Índia Livre e Alemão retornaram para viver nas ruas. A menina só se alimentava de leite materno, só mamava. Meus pais, temerosos de que pudessem vendê-la ou trocá-la na boca de fumo, tiraram ela deles”.

Quanto à prevenção à situação de rua, ela diz: “Eu acredito que é possível fazer a prevenção e evitar que a pessoa depare em situação de rua. É preciso que a família seja instruída, ela não acredita na possibilidade de que isso vai acontecer, que os seus vão viver em

---

<sup>33</sup> Diabo, em inglês.

situação de rua e principalmente, não sabe o que fazer”.

### **3.1.2 A História de Alemão Paulista**

Alemão Paulista, que diz muito com a expressão corporal e facial, é natural de Várzea Grande, na Região da Grande São Paulo. Tem 40 anos, é branco e tem ensino fundamental. Há 12 anos vive nas ruas, onde é, segundo suas palavras, temido e respeitado. Alemão é filho de Nice\* e Tenório\*.

Relata que, na indústria da construção civil, recebia por semana trabalhada, trabalhando de segunda a sábado. Por pressão da mulher, que achava o dinheiro curto, passou a trabalhar também aos domingos. Foi em um domingo, conforme Alemão Paulista, que um colega de trabalho lhe ofereceu maconha. Por curiosidade, segundo ele, :

Experimentou, gostou e passou a usar cotidianamente [...] A maconha me fazia esquecer o cansaço e as coisas ruins. Da maconha cheguei à cocaína e aí passei a faltar ao serviço para usar, eu nunca havia faltado ao trabalho em muitos anos. Eu era um funcionário de confiança da empresa, era tido como exemplar. De tanto faltar, a empresa não poder mais contar com certeza de minha presença, fui despedido. Sem trabalho, sem renda, passei a furtar na vizinhança para comprar drogas.

Era a primeira vez que Alemão Paulista vivia a experiência de pobreza absoluta. Sem dispor de condições financeiras para custear um aluguel, conforme narrou, viveu em situação de rua no centro de São Paulo por três anos. Segundo Alemão Paulista sua mãe nunca desistiu dele. Por várias vezes ele a viu procurando-o, mas como ele não queria ser encontrado, buscava meios de se esconder.

De tanto insistir, a mãe o encontrou e o convenceu a fazer um tratamento. Foi assim que conheceu a Casa Manassés, que o enviou a Vila Velha, no Espírito Santo. Não se tratou de uma atitude de Alemão Paulista, mas de aceitação. Ele não viu nessa “oportunidade” a razão de viver, mas uma forma de amenizar o sofrimento da família, da mãe, em especial. Segundo ele, foram muitos meses de tratamento. Relata que fez amigos, um em especial:

Um determinado dia esse amigo saiu às ruas e não mais voltou. Eu estava trabalhando e tinha dinheiro, saí a rua à procura desse amigo. Entrei em tudo que era boca-de-fumo que ouvi falar, e nada. Em uma dessas muitas bocas pelas quais passei, resolvi comprar e usar cocaína, depois crack. Fiquei “virado” por vários dias. Foi assim que retornei à situação de rua, onde me encontro desde então.

### **A história de Alemão Paulista contada por Nice, sua mãe**

Conforme Dona Nice, o pai de Alemão Paulista, além de ex-marido, era também seu primo. O avô de Alemão Paulista, que aqui chamaremos de José\*, era muito mau para a esposa, que de tanto apanhar e sofrer, acabou morrendo. Com a morte da esposa, José casou-se novamente. Em virtude das agressões e sofrimentos, a segunda esposa também veio a óbito.

A terceira mulher com a qual se casou "era braba", não deixava que ele batesse nela e ainda não aceitou que os filhos dele fossem viver com eles. Foi então que José os enviou para um sítio, nas imediações de Maringá, onde ela (Dona Nice) vivia com a família. Seu pai era avô e irmão do avô de Alemão Paulista. Foi aí que ela e o pai de Alemão Paulista se conheceram, namoraram e se casaram. Dona Nice tinha 19 anos, o pai de Alemão Paulista, 22, e eles tiveram quatro filhos. O pai de Alemão Paulista tinha como referência o pai dele, dotado do mesmo gênio: "Só não batia em mim porque eu o enfrentava".

Conforme Nice, quando Alemão Paulista nasceu, o pai foi visitá-lo no hospital e, ao ver que ele tinha lábio leporino, recusou-se a pegá-lo no colo e desde então o rejeitou. O pai não só o rejeitava, mas sempre que podia, o prejudicava. A mãe de Alemão Paulista relatou:

Alemão era adolescente, 13 para 14 anos, começou a trabalhar em uma borracharia e a jogar futebol em um pequeno clube profissional da cidade. Para não se atrasar para os treinos, uma vez que só podia ir quando saía do serviço, comprou uma bicicleta. O pai tentou desanimá-lo. Dizia: "Para ser jogador tem que começar de muito pequeno. Iniciar na adolescência não dá em nada, é perda de tempo."

No entanto, conforme Dona Nice, o técnico do time e os diretores iam procurá-lo em casa, quando, por alguma razão, ele faltava. Consideravam-no bom jogador e aplicado. Para dificultar a vida do filho, o pai cortou com uma faca o pneu da bicicleta de Alemão Paulista. A mãe comprou outro e disse ao marido: "Quantas vezes você cortar, tantas irei comprar outros". Apesar de rejeitado, Alemão Paulista amava o pai que o discriminava, o tinha como uma espécie de herói.

Para agradá-lo, por perceber o desgosto do pai ao vê-lo jogar bola, acabou deixando o time. Passou a trabalhar na construção civil e tornou-se um operário de respeito. Mas, por mais que fizesse, não conseguia obter carinho nem respeito do pai, que sempre encontrava uma forma de criticá-lo. Foi aos poucos ficando solitário, até que iniciou o namoro com uma vizinha, mãe de dois filhos. Em pouco tempo estava morando com ela. Segundo Dona Nice, a mulher o explorava, se apossava de todo o dinheiro que Alemão Paulista recebia. "Com muito custo deixava o do cigarro, único vício que ele tinha".

### **3.1.3 A História de Laura**

Laura tem 30 anos, é parda, tem ensino fundamental incompleto. Teve, conforme suas palavras, "uma infância maravilhosa [...] Brincava na comunidade, corria por essas vielas, no campinho [...]. Fiz atletismo, participei de alguns campeonatos da minha faixa etária. Estudei música na Escola de Música do Espírito Santo.<sup>34</sup> Tocava violino e flauta doce".

---

<sup>34</sup> Em 2004, com 50 anos de existência, a Escola de Música do Espírito Santo, por meio da Lei

Aos 12 anos, Laura ganhou uma bolsa de estudos para jogar tênis. Era tida como uma aluna promissora. Foi no tênis, conforme Laura, que tudo começou. Até então ela só conhecia a vida do morro. Todos no morro são iguais, passam as mesmas limitações. São pessoas que integram a fração da base da classe trabalhadora, no limiar de rua, sobretudo a locatária.

“Lá, no tênis, eu conheci gente que tinha tudo. As meninas que treinavam comigo tinham boas roupas, tênis adequados para a prática do esporte... Tudo no tênis é caro, do calçado à raquete. Minha mãe não tinha condições de me dar, aí comecei a roubar para ter.” Laura não furtava no ambiente [no clube], mas no Shopping Vitória. “Eu queria uma coisa, ia lá e roubava. Eu poderia ter feito diferente, poderia ir juntando o pouco que conseguia e comprar. Mas não fiz isso. As meninas diziam: ‘Vou comprar uma determinada blusa ou sandália..., outra dizia ‘eu também vou.’ Eu não tinha como comprar, mas queria ter, queria ser igual a elas. Então ia lá e roubava. Eu tinha outras escolhas. Eu estava em um ambiente em que era muito bem quista. Se eu pedisse, acredito que meus professores comprariam algumas daquelas coisas pra mim. Todas as alunas tinham bom poder aquisitivo, exceto eu e uma outra que era bolsista igual a mim. Na época não pensei nisso. Não lidei muito bem com isso.

Nessa fase dos furtos no Shopping Vitória, Laura conhece e passa a interagir com um grupo de dolescentes cujos valores, além da violência, incluía uso de substâncias psicoativas e prática de sexo. Os valores internalizados em sua primeira socialização conflitavam com os do grupo, por isso não era bem quista, não era aceita. Diz: “Eu comecei a fumar maconha e fazer sexo para ser aceita. Hoje eu não faria isso, não faço mais coisa para ser aceita”.

Conforme Laura, ao ser integrada ao grupo e tornar-se usuária de drogas, suas notas na escola, que eram excelentes, começaram a cair:

Esportes e drogas não combinam. Eu tive que optar. Adivinha o que eu escolhi. A droga! Eu me entreguei. Entrei de cabeça nas drogas. Conheci a maconha, depois a cocaína, depois fui para o fristo e por fim, para o crack. O crack me abraçou. O crack é uma droga que te abraça, faz você se sentir importante, faz você se sentir tudo. Mas você deturpa a realidade. A gente acha que tem um poder que na realidade não tem. A realidade é que você está toda suja, morando na rua, embaixo da ponte, mas acha que é importante.

Segundo Laura, mesmo morando sob as pontes – conforme sua narrativa, morou embaixo de tudo que era ponte da cidade de Vitória –,<sup>35</sup> acreditava estar bem. A primeira vez

---

Complementar nº 281/2004, tornou-se a Faculdade de Música do Espírito Santo – Fames.

<sup>35</sup> A cidade de Vitória conta com sete pontes, cinco ligando-a ao continente e duas dando acesso a ilhas-bairros. São elas: Ponte da Passagem, a primeira ligação da cidade com o continente. Sua primeira versão foi de madeira e por ela passavam apenas pessoas e cavalgaduras; a Segunda Ponte, a primeira ligando a Ilha de Vitória ao continente (ao sul) com passagem para veículos e trilhos, onde transitavam trens para o Porto de Vitória; a Ponte Florentino Avidos, popularmente conhecida como Cinco Pontes, inaugurada em 1928. Homônima da segunda, foi construída e inaugurada na mesma época e ligava a então ilha- bairro Ilha do Príncipe à capital. Com um aterro que cobriu os 65 metros de mar que separavam as duas ilhas, essa ponte ficou conhecida como Ponte Seca. Ambas são tombadas pelo Patrimônio Histórico Estadual; a quarta ponte foi a Ponte de Camburi, ligando a cidade à sua principal e mais importante praia, homônima. Sua primeira versão foi inaugurada em 1966 e desabou no ano seguinte. Foi reconstruída e inaugurada em 1969; a quinta ponte dá acesso a ilha-bairro Ilha do Frade e é denominada Ponte Desembargador Paes Barreto. Foi inaugurada na década de 1970; a sexta a ser construída foi a Ponte Darci Castelo Mendonça, popularmente conhecida como Terceira Ponte. Essa ponte tem 3.330 metros de extensão e 70 de altura. Liga Vitória à cidade de Vila Velha. Foi inaugurada em 1989; a sétima é a ponte Airton Senna, ligando os bairros Praia do Canto, que fica na ilha, ao bairro Jardim da Penha, no continente. Foi inaugurada em 1996.

que dormiu na rua na condição de pessoa em situação de rua, diz que foi para baixo da Ponte da Passagem para cheirar cocaína.

Passei dois, três dias direto usando drogas, sem tomar banho, fedendo, tendo um balde e uma torneira ao lado, e não conseguia parar de usar para tomar um banho; vivia só daquilo, para aquilo. Só em algum momento de lucidez é que você se questiona: “Que estou fazendo aqui?”

Minha mente hoje só pensa nisso. Eu acordo de manhã já pensando. Eu falo de drogas, minha boca chega a salivar. Meu corpo pede drogas. Eu transpiro, passo um pano, guardanapo no meu rosto, ele sai preto. Eu posso acabar de tomar banho, ele sai preto. Nicotina, álcool, drogas... se alguém estiver fumando uma droga lá na esquina, eu sinto o cheiro dela aqui.

Eu tenho consciência do que a droga faz, do poder que ela tem sobre mim. Tenho consciência de tudo. Já fui presa, já tomei paulada, tenho a cabeça cheia de platina e a perna também. Quase morri, já tive arma apontada pra minha cabeça, me escondi no meio do mato com gente me procurando com arma na mão pra me matar... já teve carro rodando atrás de mim, já teve tudo isso e mesmo assim não consigo parar. Consigo me afastar por um tempo, mas eu sempre volto pra droga de novo e para o mesmo lugar. Eu morava de aluguel, deixava minha casa trancada para ir pra rua usar drogas. Tinha o dinheiro e a droga em casa, mas saía de casa para usar na rua. Acredito que a rua vicia. A droga é um vício, mas a rua é outro.

Do mesmo jeito que tem um tratamento para a pessoa parar de usar drogas, teria que ter um tratamento para a pessoa que fica na rua parar de ficar na rua.

Essa afirmativa de Laura foi constatada por Kunz (2012, p. 72), que se surpreendeu ao ouvir pessoas que deixaram de viver em situação de rua dizerem que saíram das ruas, mas as ruas não saíram delas, e por isso sentiam necessidade de voltar para lá. Nesse sentido, é importante refletir sobre os modos de vida.

A primeira vez que Laura foi presa deveu-se a um furto no Shopping Vitória. Ela estava com 12 anos de idade. Sua mãe foi buscá-la na delegacia.

Eu estava dentro da delegacia, detida. Solta, continuei fazendo a mesma coisa. Só de termo circunstanciado devo ter assinado uns dezoito, dezenove. Tem vez que minha mãe pede a Deus para eu ser presa. Sendo presa eu paro de usar drogas, fico lá dentro “guardada.”

Fui presa roubando no supermercado, roubando os outros na rua; assalto à mão armada, receptação, algumas facadas que dei em algumas pessoas. Quando uso drogas fico muito agressiva. Extremamente agressiva. Não sei lidar com essa agressividade em mim. Dou porrada nos outros, dou facadas, sou muito estressada. Eu fui para Tucum<sup>36</sup> muitas vezes.

Laura tem três filhos, uma filha de 15 anos, e dois meninos. Segundo ela, quem é usuário de qualquer substância química e está vivendo em situação de rua quer sair. Porém, segundo ela, há uma distância entre querer e conseguir. A pessoa se sente incapaz de ter atitude voltada para esse fim.

Quem está nessa vida quer sair. Você acha que sou feliz nessa? Claro que eu quero sair! Você acha que eu gosto? Eu não gosto! Acha que eu gosto de ver meus filhos crescendo no mundo e não me respeitando? Ninguém me respeitando? Isso dói. Não são só os homens que não me respeitam, nem eu mesma me respeito. Nem eu mesma acredito em mim. É horrível! Eu queria sair, eu tenho vontade de sair. Só não sei como. Eu não consigo. Sempre que estou em casa, arrumo minhas válvulas de

<sup>36</sup> Tucum – nome do lugar onde se situam os presídios femininos.

escape. A gente que é usuário é manipuladora. A gente manipula as pessoas. A gente manipula até a gente mesma. A gente fica buscando um pretexto para ir pra rua. A gente diz: “Já que falou isso eu vou pra rua. Já que fez isso eu vou pra rua.” A gente busca alguém para pôr a culpa, pra diminuir a nossa culpa. Porque eu estou indo, eu ponho a culpa em alguém.

Laura tem consciência dos riscos a que está submetida, porém se sente impotente para enfrentar as circunstâncias. Essa posição, conforme Pinzani (2019), é característica do sofrimento social. Diz: “Nas ruas as pessoas não têm dó de ninguém. Mas o que eu gostaria mesmo é de mudar minha vida, mudar meu destino, arrumar um trabalho, trabalhar. Só não consigo, não tenho forças para isso”.

Dada essa dificuldade de alterar sua atual situação, ela relata:

Tem CAPS que até ajuda, mas acredito que a política não é tão rígida como deveria. Minha psicoterapeuta diz: “Você pode até usar drogas, mas tem que reduzir o risco e o dano.” Então, como você chega para um usuário e fala isso? Você não pode dizer isso a um usuário. O Estado devia ter uma forma consistente (rígida), com que levasse as pessoas. Se eu sair daqui para fazer um tratamento, eu me perco no meio do caminho e vou usar drogas. Tenho que estar acompanhada. Sou igual a criança indo para a escola. Estou aprendendo a andar de novo agora. Pra eu ir ao supermercado eu falo: “Gente, alguém tem que ir ao mercado comigo. Eu não posso ir sozinha.” Mesmo assim, se a pessoa bobear, eu fujo. Deveria ter mais psicólogos, alguém com quem a gente pudesse conversar sem estar sendo tão julgado, igual a gente é. A gente é muito julgado. Só quem vive sabe o que é. Eu estou te falando, você tem uma noção, mas você não vive isso. Você não sente isso. Você não sabe o que é quebrar até meus dentes dentro de casa querendo usar drogas. Sonhar que estou usando, contar os dias para o pagamento sair para usar, ou pegar o dinheiro, compro tudo em bobeira para ficar sem nenhum para não ter com o que comprar, e assim não usar. Ainda assim tem o risco de qualquer coisa que eu tiver na mão eu vender para ter dinheiro para comprar.

Acho que o Estado devia dar mais atenção pra gente, que é dependente química, principalmente quem está em situação de rua. Oferecer um meio de transporte para levar pra fazer um tratamento.

Laura pontua a importância dos serviços públicos, profissionais capacitados e programas para a população em situação de rua. Ela também cita os motivos que levam pessoas a essa situação. Muitas pessoas assim vivem por causa da pobreza absoluta, são integrantes da classe trabalhadora denominadas por Castel (1998) inempregáveis, inempregados ou empregados de modo muito precário. Segundo Laura:

Tem pessoas que conheço que estão em situação de rua e não usam drogas. Tem um amigo que faz faculdade e mora na rua. Ele não tem condições de ter uma casa. Outro passou em primeiro lugar no Ifes, é morador de rua. Conheço médico morando nas ruas. Essas pessoas estão nessa situação mais por causa de problemas familiares. Eu não tinha problema com minha família. A gente é muito unida. Podemos brigar entre nós, mas sempre que um passa por uma situação difícil a família se reúne para dar apoio. Tem em torno de 15 anos que estou em situação de rua e em casa. Minha referência é a idade de minha filha. Fico um tempo lá e outro cá. O período em que passei mais tempo fora da situação de rua foram seis meses. Nesse tempo eu estava presa. Depois foi um ano e pouco, em que estive participando de uma ocupação no centro da cidade. Meu filho estava comigo. Nessa época eu não ficava nas ruas, mas saía à noite, quando os demais dormiam, para usar drogas. Levava meu filho comigo. O tempo em que fiquei mais tempo direto nas ruas foram dois anos. Hoje vejo que todos têm suas vidas. Todo mundo evoluiu, só eu não tive nada. Minha mãe não tem

culpa de nada sobre o que aconteceu comigo. Ela fez o melhor que pôde, o problema fui eu.

### **A história de Laura contada por Maria, sua mãe**

A mãe da Laura, aqui identificada como Maria\*, é parda, tem 48 anos e cursou o ensino fundamental. Iniciou a narrativa a partir da infância da filha.

Laura teve uma boa infância. Ela tinha um bom desempenho nos esportes. Consegui colocá-la, junto com meu outro filho, para estudar música na Escola de Música do Espírito Santo, ela estudava violino. No projeto social, aqui na comunidade, ela estudava flauta. Tocava com desenvoltura.

Eu criei meus três filhos sozinha, não tinha marido. Nessa época eu trabalhava em dois empregos. Entrava em um às seis, saía às 14 horas. Entrava no outro nesse horário, saía às 22 horas. No sábado ainda fazia faxina para ganhar um extra. Foi nesse meio que Laura se perdeu.

Maria se culpa por não ter tido mais tempo para cuidar de Laura. Acredita que se fosse diferente, se tivesse tido esse tempo, a história da filha teria sido diferente. Conta que Laura começou cometendo pequenos furtos:

O primeiro ela tinha 12 anos, eu fui buscá-la na delegacia. Foi muito triste... constrangimento... sofrimento... Corrigi, fui dura com ela. Ainda muito nova, com essa idade de 12 para 13 anos, arranjou um namoradinho que disse a ela: “Sua mãe trabalha muito, vamos lá pra casa”. Levou-a para casa dele. Ela passou um dia (uma noite) lá, ele não quis mais ela. A partir daí a vida dela só piorou. De lá ela não voltou mais pra casa. Passou a ficar na casa de um, na casa de outro... Ela foi a que mais deu trabalho.

Laura, assim como Maria, nunca trabalhou. Quando chegou à idade de trabalhar, já vivia em situação de rua. Relata:

Acredito que ela tenha sofrido influência de pessoas erradas, narra Maria. Quando soube, por pessoas conhecidas, que ela estava vivendo em situação de rua, foi terrível. As pessoas diziam: “Eu vi Laura em tal lugar em situação de rua, toda suja.” Eu não acreditava. Foi terrível pra mim ver aquilo. Foi muito triste... dolorido mesmo...

Temos uma casa simples, uma vida humilde, mas nunca deixei faltar comida. Quando vimos ela toda suja, pegando comida no lixo... foi muito triste. Me senti humilhada.

A gente acha que não trabalhou direito. Acha que não fez nada certo, nada do que devia...

Se eu pudesse voltar atrás eu não ficaria tanto tempo no trabalho, como fiquei. Talvez se eu estivesse em casa, “mais olheira”, teria visto muitas coisas que não consegui ver. Eu ficava muito pouco tempo dentro de casa, precisava ganhar dinheiro para cuidar dos filhos, dar o melhor que eu pudesse. Essa outra filha (a caçula), devido ao que a outra fez, eu fico mais de olho, dou mais atenção, fico mais atenta. Ela faz faculdade no Ifes, eu acompanho a vida dela.

Segundo Maria, é perceptível que uma pessoa esteja a caminho da situação de rua:

A gente percebe que a pessoa está caminhando para ficar em situação de rua. Ela sai, volta, sai, volta. Essas idas e voltas vão ficando mais longas. Depois sai e não volta mais. O pai do filho da Laura é morador de rua. Ele tocava naquela banda de forró: Banda de Itaúnas. A família dele está ali fazendo o que pode, ele não quer voltar pra casa. A pessoa que fica em situação de rua não quer obedecer às normas, não quer ter regras. Quantas vezes Laura ligou pra casa dizendo: “Quero ir pra casa.” Às vezes a gente nem tinha dinheiro, tirava o de pagar uma conta, dava um jeito e trazia.

Mal chegava, dizia: “Partiu!” A gente não tem como segurar uma pessoa desse tamanho. Trancar dentro de casa é perigoso. É perigoso até matar a gente.

### **3.2 Acordes e Desacordes Entre as Histórias de Índia Livre, Laura e Alemão Paulista**

As histórias de vida de Índia Livre e de Laura têm em comum o fato de serem marcadas pela pobreza extrema. São vítimas do capitalismo perverso que obriga pessoas a vender sua força de trabalho em condições precarizadas para garantir a subsistência (CASTEL, 1998). Essa situação também fica evidenciada pelos relatos das mães, que se cobram e se sentem responsáveis por deixarem as filhas sem os cuidados que julgam necessários, por terem que trabalhar por longas horas. Trabalhar era preciso, era a condição de colocar comida na mesa. Contudo, afirmam que se tivessem a oportunidade de refazer suas histórias, acreditam que fariam diferente.

Essa realidade vivida tanto pela mãe de Índia Livre quanto a mãe de Laura, refere-se aos fatores estruturais, indicados por Silva (2006) como basilares para a situação de rua. Caracteriza também sofrimento social, ou nos termos de Sawaia (2014), sofrimento ético-político, advindo das condições sociais que vulnerabilizam os sujeitos. Situações que se enquadram nessa categoria e que poderiam ser amenizadas pelo Estado nem sempre são. Em muitos casos são agravados causando sofrimentos sociais, em muitos casos irreversíveis.

Uma pesquisa realizada em 2016 pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Amanda, e publicada em 2017, constatou que na construção das políticas de atenção a uma fração da PSR (mães em situação de rua), as políticas não necessariamente buscam a proteção do vínculo entre mães e filhas (2017, p. 7), por privarem os bebês dos cuidados maternos e da convivência com a família biológica e expõem a mãe ao sofrimento social, possivelmente inviabilizando a recuperação (grifo nosso). A pesquisa dá conta de que as crianças são arbitrariamente arrancadas das mães, ainda na maternidade<sup>37</sup> por diversos motivos, sendo elas usuárias ou não de substâncias psicoativas. (2017, p. 8).

A história de Alemão, por seu turno, traz elementos do sofrimento social em outra dimensão, mais próxima do fator biográfico descrito por Silva (2006), por ser marcada pela rejeição por discriminação por parte do pai por nacer com uma deficiência. Situação sobre a

---

<sup>37</sup> Quando as crianças são tiradas, são negados a essas mães os números dos processos judiciais, a localização dos abrigos onde estão as crianças e a situação de saúde delas. Tais informações só são obtidas com a intervenção da Defensoria Pública que por meio dos processos judiciais toma conhecimento das destituições. Muitas vezes essas crianças são adotadas sem que a família biológica tenha ciência.

qual nada podia fazer e que persistiu mesmo com a correção do lábio leporino, deficiência que Alemão Paulista possuía.

Índia Livre, Laura e Alemão têm em comum o bom desempenho nos esportes, espírito de liderança e o trabalho. Uma tinha boa oratória e bom desempenho nos esportes, enquanto a outra se expressava através da arte de representar e dançar. Alemão Paulista também se destacava no esporte e no trabalho como pedreiro.

Índia Livre e Laura consideram-se as únicas responsáveis pela sua situação e reconhecem a importância da família em suas vidas. Ambas gostariam de abandonar a situação de rua e a dependência das drogas, mas relatam que não encontram a força que consideram necessária neste momento da vida. Afirmam a importância de ter apoio para superar a situação de rua. Alemão Paulista declara que, na condição de operário da construção civil, função que já exerceu, sentia-se invisível para a sociedade tanto quanto estando em situação de rua. Mas para os seus pares, aqueles que lá se encontram, ele é temido e respeitado.

Diferentemente de Índia Livre e Laura, Alemão Paulista não manifesta desejo de deixar a situação de rua. Sua realização encontra-se naquilo que alcançou, ou seja, no que ele representa para as pessoas nessa situação em Vitória e Vila Velha, ou no que Alemão Paulista acredita que representa: sujeito temido e respeitado. Esse “*status*” tem valor simbólico importante para si e entre os seus. Deixar a situação de rua para ser operário da construção civil não é tido por Alemão Paulista como avanço. Em sua concepção, ser operário é ser mais um, tão invisível quanto quando se está em situação de rua.

Ao analisarmos a trajetória de Índia Livre, nos deparamos com a presença do sofrimento social que a acompanha desde a primeira infância. A separação dos pais leva a família, então na condição de pobreza relativa, à pobreza absoluta, agravada com a ausência da mãe, em virtude do trabalho que consumia todo o seu dia. Ela não passa incólume por essa circunstância, manifestando-se em agressividade e em mentiras engendradas “para obter as coisas desejadas”. O grito de socorro parece ter se expressado nas desavenças na escola, nas inúmeras vezes que Vida teve, por solicitação da coordenação, que comparecer à instituição. Refletimos sobre a falha do Estado em não assegurar o acompanhamento mais próximo de profissionais especializados para acolher aquela criança e apoiar a família.

O ápice do sofrimento social se dá com a morte prematura de Virgílio, fato que faz transbordar todo o sofrimento acumulado e não resolvido, e redundar em doenças, sobretudo psicológicas: depressão, bipolaridade e ainda, uso abusivo de álcool e posteriormente de outras drogas que concomitantemente funcionavam como atenuantes ao sofrimento social e agravantes da sua recuperação.

Um texto, uma espécie de diário em forma de oração, que Índia Livre escreveu quando estava grávida da primeira filha, é recheado de sonhos, sentimentos e emoções. Demonstra, se não uma atitude, na concepção de Thomas e Znaniecki (1918), esperança e expectativa de que no segundo casamento as perdas e tudo o que elas significaram estariam superadas.

Ao analisarmos a história de vida de Laura, destaca-se a exposição às intensas contradições da concentração de renda, fato percebidas por Rui (2010). A autora acompanhou por um período de oito anos a trajetória de Nando, codinome de um adolescente em situação de rua na cidade de Capinas-SP. Nando tinha 13 anos à época, mesma faixa etária de Laura, quando se viu em situação de rua. A mãe e os irmãos de Nando moravam em um casebre minúsculo, “construído de entulhos de lata, sem banheiro e que tinha apenas uma cama de casale uma de solteiro, onde dormiam a mãe e quatro irmãos,” conforme Rui (2010, p.363). A escassez de espaço físico, de mobília e possivelmente de alimentação não estimulava o retorno à casa.

Laura, por seu turno, quando tinha 12 anos pôde ver alguns dos poucos que têm muito, já que os muitos que nada têm ela já conhecia. Laura conheceu um mundo muito diferente daquele a que estava acostumada e deslumbrou-se com esse outro mundo, cujas portas não estavam abertas para as pessoas de sua classe social. Mas ela precisava pertencer a esse universo. Como a mãe não tinha o suficiente para comprar, Laura passou a furtrar para ter e se sentir pertencente, mas foi apanhada e logo descobriu que não fazia parte daquele mundo de deslumbre, o mundo das coleguinhas do tênis. Tornou-se parte de outro mundo, cujos códigos e tipificações hoje ela sabe de cor. Descobriu também que as pessoas não são iguais, inclusive perante a lei. De acordo com Ribas (2014), as leis republicanas anteriores à CF 88 asseguravam, no máximo, assistência judiciária; a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos foi um grande avanço obtido com a promulgação da Constituição Cidadã (RIBAS, 2014, p. 46-47), no entanto, não faz com que o usuário da defensoria esteja em igualdade de condições com quem pode pagar um profissional ou uma banca para cuidar em exclusividade de seu caso. Sem contar que muitos são culpados mesmo antes de serem da averiguação enquanto suspeitos. Quer seja pela questão de gênero, pela condição social, pela opção sexual ou simplesmente pela cor da pele.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A população em situação de rua é compreendida como grupo heterogêneo, marcado

por pobreza extrema, vínculos fragilizados e ausência de moradia (BRASIL, 2009). Embora a multiplicidade de histórias de vida de pessoas em situação de rua abarque toda a riqueza das singularidades de cada sujeito, também está atravessada por questões estruturais políticas e econômicas que organizam a sociedade desigual e injusta em que vivemos.

Em regra a fração da classe trabalhadora em situação de rua não encontra saída, sem ajuda para tal realidade e não percebe o peso dos fatores estruturais sobre ela. Não se dá conta de que “na produção da superpopulação relativa está incluída a produção do pauperismo, como nos diz Pimentel (2012), e ambas são condição para existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.” (PIMENTEL 2012, p. 156, apud GOIS 2015, p. 8).

A gênese da PSR na cidade de Vitória-ES foi marcada pelo êxodo rural e pelo desemprego conjuntural e estrutural oriundo da conclusão dos grandes projetos que surgiram do redirecionamento da economia do Espírito Santo, corroborado pelo neoliberalismo, a terceirização, a precarização do trabalho, as inovações tecnológicas e o esgotamento de áreas de ocupação e seguramente (ou possivelmente?) pelo Sofrimento Social oriundo de tudo isso. Essa população era, conforme Marins (2013, p. 33), composta por migrantes internos e externos. A PSR atual é composta, segundo o IJSN (2018), de 37,1% de pessoas da RMGV. É uma PSR majoritariamente (51,7%) situada na faixa etária entre 18 e 39 anos e 81,6% masculina e 17,9% feminina; com relação à raça/cor, 77,6% é negra, sendo 23,6% preta e 54,0% parda (IJSN, 2018, p. 32-34).

Sendo dados do IPEA, atualmente cerca de 222 mil pessoas no País vivem em situação de rua. O instituto constatou um aumento de 66,7% no montante da população em situação de rua entre 2016 e março de 2020. Na Região Sudeste esse aumento, conforme o IPEA, foi de 62,4% no mesmo período (NATALINO, 2020, p. 11). Atualmente, em Vitória, conforme a Prefeitura Municipal, são 350 pessoas vivendo em situação de rua.

O cenário que se apresenta para o mercado de trabalho, na região da Grande Vitória não é animador. Segundo o IBGE, cerca de 269 mil pessoas estão desempregadas e 124 mil subocupadas, perfazendo um total de 393 mil pessoas. Ou seja, 21,6% da PEA do estado, composta por 1.818 pessoas (BOTACIN, 2021). Na realidade não há perspectiva de emprego para grande parte da fração da classe trabalhadora que se encontra em situação de pobreza absoluta e conseqüentemente no limiar da situação de rua. Pessoas que não dispõem de recursos nem orientação para investir e obter renda, como apregoa a cartilha neoliberal.

Mesmo com todo o aparato constituído pelo Estado desde meados dos anos 1980 com vistas à garantia dos direitos sociais, obtidos com a Constituição Cidadã de 1988 e com a

instituição da Política Nacional para PSR (2009), ainda não foi suficiente para efetivarmos uma política pública de proteção à PSR em Vitória-ES, assim como no restante do País.

Assim, ao discutir a situação de rua em Vitória, sobretudo vislumbrando possibilidades de contribuição para as políticas públicas de prevenção e proteção à população em situação de rua, é necessário considerar como fundamental, além da política de assistência social, a garantia do direito à moradia, ao emprego e à renda e segurança alimentar. Não obstante, com o sofrimento social no centro do debate, é fundamental compreendermos as consequências subjetivas de uma estrutura social que não tem garantido as condições básicas de sobrevivência.

Apesar de ser a PSR “a expressão e consequência da expropriação extremada da classe trabalhadora com a acumulação primitiva, na gênese do capitalismo e o processo histórico de dissociação do trabalhador dos meios de produção e as transformações atuais no modo de produção” (SILVA, 2006, p. 71-74), a questão se apresenta no âmbito local. Assim, a prevenção e a consequente solução necessariamente precisam partir do território. Portanto, são necessários o envolvimento e a atenção das políticas públicas locais.

A atitude ou a “força de vontade” não encontrada por Índia Livre – “Meu maior desejo é sair dessa vida. [...]. Só depende de querer ou não querer. É preciso ter uma força de vontade. Eu tento encontrar essa força de vontade, eu não sei onde ela está. Não encontrei. Minha vontade de achar ela é muito grande” – pode residir na cultura (na arte de pintar, escrever, encenar, cantar, dançar), pode estar no esporte e na política (militância em movimentos sociais ou partidária), bem como na moradia, na maternidade/paternidade ou no trabalho. A razão de viver que supera o Sofrimento Social se encontra no engajamento, no amor, naquilo porque se decobre valer a penas lutar, valer a pena viver.

## 5 - REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Maria Helena Mena Barreto. Memória narrativa e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, PelotasRGS, ASPH/FaE/ UFPel, V.14. P.79 -95 – jul./dez 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aspherhe.asphe@com> . Acesso em 20 fevereiro 2020.

AMARANTE, Paulo. A reforma antimanicomial no Brasil. **Revista CENEXÃO, OFIOTEC – FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, ano 4 12ª Edição, p. 6 a 13, 2018. Encontrada em: <https://www.fiotec.fiocruz.br/noticias/projetos/4880-reforma-antimanicomial-no-brasil-do-horror-aos-dias-de-hoje>. Acesso em 20 fevereiro 2021.

\_\_\_\_\_É a cultura que faz pessoas demandarem manicômio, exclusão, limitação. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014. Encontrado em:

<<https://portal.fiocruz.br/noticia/amarante-e-cultura-que-faz-pessoas-demandarem-manicomio-exclusao-limitacao>>. Acesso em 20 de marco de 2021.

ANDREATTA, Graça. Na Lama Prometida a Redenção. São Paulo, Editora O Recado, 1987.

A “Pietá do lixo”. Descubra a História da escultura em frente ao palácio Anchieta, em Vitória. **Jornal ESHOJE** (online). Vitória ES. Publicada em 7 de abril de 2021. Encontrado em: <https://www.folhavoritoria.com.br/geral/noticia/04/2021/a-pieta-do-lixo-descubra-a-historia-da-escultura-em-frente-ao-palacio-anchieta-em-vitoria> . Acesso em 29 de maio de 2021.

Assinada a Lei Áurea. **Jornal do Senado**. Rio de Janeiro, segunda-feira, 14 de maio de 1888. Edição comemorativa dos 120 anos da Lei Áurea – Jornal do Senado – 12 a 18 de maio de 2008 – Ano XIV – Nº 2.801/172. Encontrado em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/190819/encarteabolicao.pdf?sequence=7&isAllowed=y>>. Acesso 17 de abril de 2021.

Aterros de Vitória. **Jornal A Gazeta**, Vitória – ES, Edição de 8 de setembro de 2016, Caderno Especial Encontrado em:

<[http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161018\\_aj25103\\_vitoria\\_aterros.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161018_aj25103_vitoria_aterros.pdf)> e <<https://especiais.gazetaonline.com.br/aterro/>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

BERTINI, Fatima Maria Araújo. SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: uma análise do estado da arte. PUC São Paulo SP, **Revista Psicologia e Sociedade**, São Paulo, n.26, p. 60 – 69, 2014. Encontrado em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 20 de abril de 2021.

BOUYER, Gilbert Cardoso. Sofrimento Social e do Trabalho no Contexto da Área “Saúde Mental e Trabalho.” Universidade Federal de Ouro Preto, **Revista Psicologia & Sociedade**,

João Monlevade/MG,27(1), 106-119. 2015. Encontrado em: <<https://pdfslide.tips/documents/sofrimento-social-e-do-trabalho-no-contexto-da-terminos-sofrimento-no-trabalho.html>>. Acesso em 25 de março de 2020.

BRANDÃO, André Augusto. Conceitos e coisas: Robert Castel. A “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa – RS, 2 (1) p.141 – 157, 2002. Encontrado em: <<file:///C:/Users/GF8422/Downloads/Dialnet-ConceitosECoisasRobertCastelADesfiliacaoEAPobrezaU-4021363.pdf>>. Acesso em 2 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República; MCIDADES; MEC; MJ; MS; ME; MTE; MDS; MINC. D.O.U. 24/12/2009. P.16. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7053&ano=2009&ato=b99MzZE5UeVpWT33d> . Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 3.353 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção das leis do Império do Brasil. 1888. Parte I tomo XXXV., P. 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=3353&ano=1888&ato=25f0TPn5keVRVT6f8>. Acesso em 15 de Acesso em 20 de marco de 2021.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, Publicada na secretaria de Estado dos Negócios em 20 de setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850). Acesso em 20 de marco de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde – Secretaria de Políticas de saúde. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2000. 119 p. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09\\_05a.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_05a.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Rua. Aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Secretaria de Assistência Social, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. SUAS e População em Situação de Rua, volume III – Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. É possível *housing first* no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. – Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117\\_21x26cm\\_WEB4Pg.Separadas.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Norma Operacional Básica (NOR / SUAS). Brasília, DF, novembro de 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRITO, Luciana. A fome, Retrato dos Horrores das Secas e Migrações Cearenses no final doséculo XIX: Revista Estação Literária – Londrina, V. 10B, p. 111 – 125, janeiro 2013. ISSN 198. Encontrado em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art8.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. O Novo Arrabalde. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 132.

CARVALHO, Letícia. Pesquisa da UNB mostra que 30 milhões de empregos serão substituídos por robôs até 2026. G1 DF, Brasília – DF, publicado em 03 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/02/03/pesquisa-da-unb-mostra-que-30-milhoes-de-empregos-serao-substituidos-por-robos-ate-2026.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário. Tradução: Iraci D. Poleti – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA – CDHLG. Maternidade e Primeira Infância nas Ruas da Cidade de São Paulo (Relatório de Pesquisa). São Paulo: USP, 2017.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. A Rua Em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 241 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2007.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. Tradução: Tomás R. Bueno – Campinas SP: Papirus Editora, 1995.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Cristiane. A nova Razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariane Echarler. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. A loucura do Trabalho: Estudo de psicologia do trabalho. 5 ed. Ampl. São Paulo: Cortez, 2007. <https://taymarillack.files.wordpress.com/2018/03/359097901-a-loucura-do-trabalho-estudo-de-psicopatologia-do-trabalho-christophe-dejours-pdf.pdf>. Acesso em 11 junho de 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, Nota técnica 168 - PEC 287: A minimização da previdência pública. São Paulo, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DRUCK, Graça; SENA, Geovana; PINTO, Marina Morena; ARAUJO, Sâmia. A terceirização

no serviço público: particularidades e implicações. p.113-142. In: Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate / organizador: André Gambier. IPEA Brasília DF: IPEA, 2018

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico 9ª edição -tradução: Eduardo Lúcio Nogueira. Barcarena, Ed. Presença, 2004.

Evolução urbana 1551-1900. Memória Visual Bahia de Vitória - Prefeitura Municipal de Vitória - . Publicado em 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/cidade/evolucao-urbana>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Faculdade de Música do Espírito Santo “Mauricio Oliveira” (FAMES) Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). 2016/2021. Disponível em: <https://fames.es.gov.br/historico>. Acesso em: 5 jul. 2021.

FARIAS, Tadeu Mattos e DINIZ, Raquel Farias. População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In: **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!** In: NOBRE, Maria Tereza et al. (orgs) Natal: EDUFRN, 2019. 621 p. 1 PDF.

FERREIRA, José Carlos Gomes. Da Chácara à Favela.2003. 1006 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória ES, 2003.

Qualificação Profissional e Intermediação de Mão de obra de Moradores de Rua enquanto fator de emancipação social. 56 f. Monografia (Pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas) FESPSP, São Paulo, 2014.

GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e abolição da escravidão: Capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XIX. USP - **Revista História**, São Paulo, 120 p. 153 – 162, janeiro/junho 1989. Encontrado em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>>. Acesso em 26 de novembro de 2020.

GOIS, Juliana Carla da Silva. A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Seminário Nacional de serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC - 27 a 29 de outubro de 2015. Encontrado em: [Eixo\\_1\\_250\\_3 - A gênese da pauperização da classe trabalhadora.pdf](#). Acesso 13 de junho de 2019.

GOMES. Haroldo Pereira. Construção civil e Saúde do Trabalhador: um olhar sobre aspequenas obras. 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Saúde do Trabalhador) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011. Encontrado em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/23107/1/ve\\_Haroldo\\_Gomes\\_ENSP\\_2011.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/23107/1/ve_Haroldo_Gomes_ENSP_2011.pdf). Acesso em: 8 fevereiro de 2021.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. Pobre província: administração, território e hierarquias no Espírito Santo pós-Revolução do Porto. **Estud. hist. (Rio J.)** vol. 27 n. 53. Rio de Janeiro,

jan./jun. 2014. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862014000100188](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862014000100188)>.  
Acesso em: 4 abr. 2020.

GUIOTTO, Zelmar. O difícil retorno dos campos de batalha. Blog Zguiotto. E.U.A, 19 de dez. 2011. Disponível em: <http://zelmar.blogspot.com/2011/12/o-dificil-retorno-do-campo-de-batalha.html> . Acesso em: 15 abr. 2020.

HARVEY, David. O neoliberalismo: Histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IMPÉRIO DO BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. Relatório de pesquisa sobre População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória – ES: IJSN 2018a. Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5063-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-da-regiao-metropolitana-da-grande-vitoria>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória: perfil, vulnerabilidade e parcialidades. Vitória-ES: IJSN, 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPEA. PEC 6/2019: Como ficou a previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. Nota Técnica 214. São Paulo: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.pdf> . Acesso em: 11 jan. 2020.

KUNZ, Gilderlandia da Silva. Os modos de vida da população em Situação de Rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória –ES. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. São Paulo, Ano 8 – 70ª edição. IPEA. 29 de dezembro, 2011. Encontrado em:[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28) . Acesso em: 26 de março de 2020.

MARINS, Livia Ferreira Cardoso. Os serviços de atenção (na rua) à população em situação de rua de Vitória: uma situação contada em três tempos. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - C.C.H.N. – UFES, Vitória, 2013. Encontrado em: [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2941/1/tese\\_7361\\_Livia%20Marins.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2941/1/tese_7361_Livia%20Marins.pdf). Acesso em 27 de março de 2020.

MARTINS, Eduardo Sávio Passos Rodrigues e MAGALHÃES, Antônio Rocha. A seca de 2012 – 2015 no Nordeste e seus impactos. Relatório V. 20, nº 41, p. 107-128. Brasília – DF, ICT/Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/A%20seca%20de%202012-2015%20no%20NE%20e%20seus%20impactos.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2020.

MARX, Karl. O capital. Crítica da Economia política: Livro I: o processo de produção do capital [Tradução de: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. PDF Encontrado em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf) Acesso em: 26 de março de 2020.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de. NO FIO DA NAVALHA: Entre a garantia de direitos ea higienização social nas políticas de atendimento à População em Situação de Rua. 2020. 314 f. Tese (Doutorado em psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. UFRGN, Natal, 2020.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

MORGANTE, Mirela Marin e SILVEIRA, Luciene. Entre o imaginário e sujeito: a história de vida de uma prostituta de São Sebastião (1960-1980). Seminário Internacional Mundo das Mulheres e Fazendo Gênero 11 & 13, Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499484742\\_ARQUIVO\\_TEXTOCOMPLETO.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499484742_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETO.pdf) . Acesso em: 2 fev. 2020.

NATALINO, Marcos Antônio Carvalho. Estimativa de população em situação de rua no Brasil. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28819](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819) . Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. (setembro de 2012 a março de 2020). Nota Técnica nº 73. Brasília: IPEA, junho de 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35812](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812) . Acesso em: 20 jul. 2020.

NOGUEIRA, Fernando Veloso. Expectativa de vida e Mortalidade de Escravos: Uma análise da Freguesia de Lamim – MG (1859 – 1888). **Arquivo Público do estado de São Paulo – Revista Eletrônica**, São Paulo, nº 51, dezembro de 2011. Encontrado em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista\\_historica](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica) . Acesso em: 26 de novembro 2020.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide e PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Pepsic – Periódico eletrônico em Psicologia. São João Del Rey. vol. 12, n. 2, p. 466-485. UFSJ, 2017.

NUNES, Larissa Ferreira; FILHO, Carlos Eduardo. A vivência do Sofrimento ético-político por parte das Pessoas em Situação de Rua. **Revista Científico**. Fortaleza, V. 20, N. 41, jan./jun.

2020.

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas e transformações econômicas no Espírito Santo: da crise do café à criação do FUNDAP. **EXPEDIÇÕES: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**. Goiania – GO, v. 8, p. 173-200, 2017. Disponível em: [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/4581](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/4581). Acesso em: 26 de março de 2020.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Genocídio Indígena no Brasil: O Desenvolvimentismo entre 1964 e 1985. Curitiba, Ed. Juruá, 2018.

PERINI, Júlia Freire. Hospital Adalto Botelho: Controle Social e Mulheres – Vitória – ES (Julho/1954 – dezembro/ 1950). 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Política) Centro de Ciências Humanas e Naturais. UFES, Vitória ES, 2013.

PETRONETO SERPA, Ana. O SUAS ou a Rede de Proteção Social Não Contributiva. Revista da prefeitura de Vitória, Vitória ES, ano 1, p 15 – 22, dezembro de 2010.

PIVA, Izabel Maria da Penha; SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A Santa Casa de Misericórdia de Vitória – ES (1850 – 1889). **Revista Agora**, Vitória ES, nº 2, 2005, p 1 – 26. Encontrado em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1889/1401> . Acesso em: 06 de maio de 2020.

PUSSETTI, Chiara e BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo, Revista **Etnográfica** [online], vol. 15 (3) p.467 a 478, | 2011. Onlinedesde 23 outubro 2011. Encontrado em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1036> Acesso em: 22 junho 2020.

RIBAS, Luciana Marin. Acesso à Justiça para a População em Situação de Rua: um desafio para a Defensoria Pública. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. Encontrado em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/6390> . Acesso em: 16 de outubro de 2021.

ROCHA, Haroldo Corrêa. A crise do café gera a expansão da indústria. **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**. Vitória, nº3, Ano V, jan./março. 1986. Encontrado em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/314451> . Acesso em: 5 de setembro de 2020.

ROCHA, Haroldo Corrêa e MORANDI, A.M. Cafeicultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo 1955 – 1986. Vitória: FCAA, 1991.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? 3ª edição. Rio de Janeiro - Editora FGV, 2006.

RUI, Toniele. Relato de um Impasse de Pesquisa: Introdução à Trajetória de Nando. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS. UFSCar**. São Carlos, v. 3 n 1. Jan. Jun. P. 353 – 373 , 2010.

SANTOS, Inês Maria Meneses; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de Análise no Método História de Vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. *Texto Contexto – Enfermagem*. Florianópolis SC, jan. 2008. Disponível em:  
<<https://www.google.com/search?q=SANTOS%2C+In%C3%AAs+Maria+Meneses%3B+SANTOS%2C+Ros%C3%A2ngela+da+Silva.+A+etapa+de+an%C3%A1lise+no+m%C3%A9todo+hist%C3%B3ria+de+vida%3A>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, José Ailton Rodrigues dos. *Haitianos em São Paulo: exclusão e invisibilidade social no contexto de mobilidade humana*. 2018 .f. Tese (Doutorado em Saúde Global) Faculdade de Saúde pública. USP, São Paulo, 2018.

SAWAIA. Bader. (Org.) *As Artiamnhas da Exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. 14ª edição. Petropolis – RJ, Ed. Vozes, 2014.

SENADO FEDERAL – Biblioteca Digital. *Jornal do Senado. Abolição da Escravatura*. Brasília, ano 14, 2801/172/ 12 de dezembro de 2008. Edição especial 02/05/2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/190819> . Acesso em: 16 set. 2020.

SENADO FEDERAL – Biblioteca Digital. *Jornal do Senado. Abolição da Escravatura*. Brasília, ano 14, 2801/172/ 12 de dezembro de 2008. Edição especial 02/05/2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/190819> . Acesso em: 16 set. 2020.

SENADO FEDERAL – Biblioteca Digital. *Jornal do Senado. Lei do Sexagenário completa 130 nos*. Ano 21, nº4365, 31 agosto de 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/516121> . Acesso em: 16 set. 2020.

SILVA, Maria Lúcia Lopes de. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil. 1995 – 2005*. 2006 f 220. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasileira. Brasília, 2006.

SILVA, Mayra Goulart da; LOURENÇO, Beatriz Soares; CARVALHO, Júlio Cesar Pereira. *Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira*. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.49, nº1, p. 166 -201, mar./jun., 2018. Encontrado em:  
<[file:///C:/Users/GF8422/Desktop/Dialnet-HegemoniaFracaoDeClasseEFinanceirizacaoDoCapital-6408186%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/GF8422/Desktop/Dialnet-HegemoniaFracaoDeClasseEFinanceirizacaoDoCapital-6408186%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SUCE. Dourine Pereira Aroeira. *Movimentos Migratórios e a Questão Habitacional na Produção do Espaço Urbano em Serra (ES) no período entre 1960 e 2000*. 2018 f 101. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Centro de Ciências Humanas e Naturais. UFES, Vitória, 2018.

TIENGO, Verônica Martins. População e, Situação de Rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho infantil. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em política social) Programa de Pós-Graduação em Política Social. UFES, Vitória, 2016.

VITÓRIA -ES. Lei municipal nº 7.101, de 28 de setembro de 2007. Dispõe sobre Política de Atendimento à População em Situação de Rua na cidade de Vitória e dá outras providências. Vitória-ES, 2007. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/es/v/vitoria/lei-ordinaria/2007/710/7101/lei-ordinaria-n-7101-2007-dispoe-sobre-a-politica-de-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-vitoria-e-da-outras-providencias> > Acesso em: 3 nov. 2021.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Revista de Serv. Soc.** São Paulo. Nº116. P. 743 – 768, outubro a dezembro, 2013.

## **Apêndice A - Programa de prevenção à situação de rua – PREVE-RUA**

### **Introdução**

Atualmente, no Brasil, conforme dados do IPEA, cerca de 222 mil pessoas no País vivem em situação de rua. O instituto constatou um aumento de 66,7% no montante da população em situação de rua entre 2016 e março de 2020. Na Região Sudeste esse aumento, conforme o IPEA, foi de 62,4% no mesmo período (NATALINO, 2020, p. 11). Atualmente, em Vitória, conforme a Prefeitura Municipal, são 350 pessoas vivendo em situação de rua.

Apesar de ser um desafio a ser enfrentado, são meramente paliativas as ações que não abrangem os dois extremos concomitantemente: viabilizando a saída das pessoas em situação de rua e estancando, por meio de prevenção, o ingresso de outras. Este estudo foca-se no sofrimento social como ponto importante a ser considerado: como enfrentá-lo? Como conter o sofrimento social, quando uma fração significativa da classe trabalhadora está fora do mercado de trabalho e parte dela não dispõe de formação e qualificação profissional suficiente para enfrentar as transformações tecnológicas e as disputas intraclasses trabalhadoras impostas pelo neoliberalismo?

O cenário que se apresenta para o mercado de trabalho, na região da Grande Vitória e no País, não é animador. Segundo o IBGE, cerca de 269 mil pessoas estão desempregadas e 124 mil subocupadas, perfazendo um total de 393 mil pessoas. Ou seja, 21,6% da PEA do estado, composta por 1.818 pessoas (BOTACIN, 2021). Na realidade não há perspectiva de emprego para grande parte da fração da classe trabalhadora no limiar da situação de rua, que, por seu turno, não dispõe de recursos nem orientação para investir e obter renda, como apregoa a cartilha neoliberal.

Diante de cenário tão adverso, a questão posta é: como atuar com a população em situação de rua que cotidianamente só aumenta? Consideramos que os fatores que levam ao sofrimento social e podem resultar em situação de rua são multifacetados, com inúmeras nuances, exigindo assim ações multidisciplinares, que vão do contexto psicológico ao econômico. E sua prevenção passa, concomitantemente, por cuidados que envolvem pelo menos as áreas de saúde física e psicológica, e educativa, além da econômica. É com essa concepção que apresentamos o PREVE-RUA.

### **O que é o PREVE-RUA?**

É um programa composto por um conjunto de seis projetos, cujo objetivo é permitir

que integrantes da fração de classe no limiar da situação de rua, acometidas de sofrimento social, recebam o apoio necessário, de modo a evitar a situação de rua. O programa será constituído por um Comitê Gestor Intersetorial composto por representantes das Secretarias de Ação Social, Saúde, Trabalho e Geração de Renda, Educação, Moradia, além do “Coletivo Territorial de Proteção Social”, da Comissão Local de Assistência Social (CLAS), do Movimento da População de Rua e entidades da sociedade civil.

O corpo técnico será composto por agentes comunitários de saúde<sup>38</sup>, psicólogos, assistentes sociais, cientistas sociais, médicos e enfermeiros.

### **Como instalar o PREVE-RUA**

O programa deve ser executado como projeto-piloto, em uma região da cidade. Dessa forma poderá ser ajustado às peculiaridades locais, com a correção de possíveis falhas e posterior expansão paulatina para demais regiões onde for necessário.

### **Local de funcionamento do PREVE-RUA**

Não há, segundo nossa compreensão, necessidade de uma estrutura física exclusiva para abrigar a equipe técnica do programa, que poderá atuar, por exemplo, na sede do CRAS ou de uma unidade de saúde. No entanto, necessita-se de espaço físico para abrigar os diversos projetos partícipes do PREVE-RUA.

A execução será precedida de farta publicidade sobre o que é o programa, o que é o sofrimento social, o que ele provoca e como identificá-lo. Apresentará o perfil do público que pode ou deve participar, o local onde funciona e o modo de acesso.

### **Local de funcionamento do PREVE-RUA**

Não há, segundo nossa compreensão, necessidade de uma estrutura física exclusiva para abrigar a equipe técnica do programa, que poderá atuar, por exemplo, na sede do CRAS ou de uma unidade de saúde. No entanto, necessita-se de espaço físico para abrigar os diversos projetos partícipes do PREVE-RUA.

A execução será precedida de farta publicidade sobre o que é o programa, o que é o sofrimento social, o que ele provoca e como identificá-lo. Apresentará o perfil do público que pode ou deve participar, o local onde funciona e o modo de acesso.

---

<sup>38</sup> O manual do Trabalho do Agente Comunitário de Saúde, elaborada em 1991, prevê as a execução das ações aqui propostas.

### **Metodologia de atendimento do PREVE-RUA**

1 – O agente comunitário será o primeiro profissional a ter contato com a pessoa acometida pelo sofrimento social e seu papel será conversar com a família – ou com o CLAS, se houver dificuldade de diálogo com a família – e construir a ponte com a equipe técnica do programa.

2– Havendo entendimento de que a pessoa está acometida por sofrimento social, o cientista social será designado para uma entrevista aprofundada e, se necessário, elaborará um estudo de caso com membros da família para entender o contexto que levou a pessoa ao sofrimento social. O psicólogo atenderá individualmente a pessoa acometida pelo sofrimento social, com o intuito de entender a compreensão da pessoa do que ela vive e contribuir para que ela compreenda e supere o sofrimento.

O assistente social ouvirá a pessoa, e se necessário, os familiares, para que estes possam contribuir com as soluções devidas ou possíveis. A partir da análise desses profissionais, haverá um encaminhamento para o caso, que pode ser tratamento médico, ajuda psicológica ou outras orientações no sentido de qualificação, capacitação, geração de renda ou intermediação para emprego formal, moradia, cultura e educação, entre outros.

### **Busca ativa**

O programa contará também com busca ativa. O primeiro contato, quando não feito pela família ou pelo CLAS, poderá se dar mediante o agente comunitário de saúde. A partir da convivência desse profissional com as pessoas da região onde trabalha, ele poderá observar as características do sofrimento em algumas dessas pessoas ou ser informado por seus parentes ou amigos. Constatando que a pessoa apresenta as características de alguém acometido pelo sofrimento social, o agente deverá transmitir as informações ao corpo técnico, que poderá pedir que a família conduza a pessoa ao local de funcionamento do programa ou que a própria equipe técnica (composta por assistente social, psicólogo e um cientista social, como equipe mínima) se desloque até a residência da pessoa, onde fará o “diagnóstico” inicial.

Concomitantemente ao atendimento pelo psicólogo e pelo assistente social, o cientista social fará uma entrevista aprofundada com membros da família e com quem se relacione com a pessoa. Em caso de suspeita ou preocupação, a família ou a própria pessoa, se for o caso, pode procurar a sede do programa para ser atendida.

### **Projeto-piloto**

Propomos que o programa PREVE-RUA tenha início em uma das nove regiões

administrativas da cidade. A região por nós escolhida para execução do piloto do programa é a Região 1<sup>34</sup>. Desde o Sistema Transcol, o centro da cidade entrou em decadência. Essa região é o berço da cidade e local de grande concentração da população em situação de rua em Vitória.

Visando aproveitar o potencial turístico do centro histórico para gerar emprego e renda para a população acometida pelo sofrimento social e conseqüentemente em risco de situação de rua, elaboramos, como parte integrante do programa PREVE-RUA, o projeto Turismo no Centro.

Esse projeto, como o próprio nome indica, é voltado a pontos turísticos no centro histórico da capital. Pelo simbolismo e por tratar-se também de prédio histórico – tombado pelo Patrimônio Histórico –, propomos o Mercado da Capixaba como sede ou base do projeto. Pela necessidade de uma reforma, a construção poderá receber adaptações internas para abrigar não só o turismo no Centro, mas todos os projetos que compõem o programa PREVE-RUA.

### **Projetos que integram o programa**

Além da busca ativa, identificação e atendimento às pessoas acometidas por sofrimento social, o programa contará com projetos que permitirão formação, capacitação e geração de emprego e renda para essas pessoas.

**Turismo no Centro:** consiste em uma exposição, ao longo da sede do programa (Mercado da Capixaba), de fotos dos pontos turísticos da cidade com uma síntese das respectivas histórias, apresentada a quem visitar a sede. Contará com uma *van* que levará os turistas interessados em conhecer *in loco* esses pontos turísticos. Pela viagem, que contará com a presença de um guia, os turistas pagarão uma pequena quantia. (Ver projeto A)

**Corta e Cose:** consiste em produzir camisetas de malhas ornamentadas pelo Pinta e Borda, para serem comercializadas na sede do programa. (Ver projeto B)

**Pinta e Borda:** consiste na montagem de uma estamparia e ateliê, onde serão estampadas fotos dos pontos turísticos da cidade, com frases de efeito. Tais fotos serão comercializadas em barracas ou boxes dentro da sede do programa. Serão, ainda, pintados e bordados panos de pratos, cangas e outras peças. (Ver projeto C)

**Fazendo Arte:** consiste na produção de peças de gesso decoradas e de bijuterias a ser comercializadas na sede. (Ver projeto D)

**Comida Capixaba:** produção de alimentos a ser comercializados na sede do programa. (Ver projeto E)

---

<sup>34</sup> A Região 1 é composta pelos bairros: Centro, Morro do Moscoso, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Parque

Moscoso, Piedade, Santa Clara e Vila Rubim.

Formar, Informar e Capacitar: constitui-se de uma equipe de formação permanente que tem por objetivo promover a formação e a capacitação dos integrantes dos diversos projetos que integram o programa, bem como a sua divulgação.

### **Condicionantes para execução do programa**

Antecedem a execução do projeto-piloto cursos de formação de guias turísticos e técnicas de vendas e de capacitação dos gestores de cada projeto, assim como de comercialização tanto dos bilhetes das *vans* que levarão os turistas como dos demais produtos vendidos no local.

O passo seguinte para que a cidade tenha ciência do programa e do que ele oferece deverá ser uma ampla divulgação tanto nas redes sociais e na mídia local quanto junto aos agentes e agências de turismo e hotéis.

### **Detalhamento**

#### **projeto A**

#### **Turismo no Centro**

O projeto terá como base o Mercado da Capixaba, que deve ser adaptado para esse fim. Seu interior será o ponto de partida das *vans* para visitas aos pontos turísticos e de comercialização de todas as mercadorias produzidas pelos projetos que integram o programa **PREVE-RUA**. Ao longo das paredes da base, serão expostas fotos dos pontos turísticos com as respectivas histórias. Um guia no local, além de informar sobre os respectivos pontos turísticos e, se possível, sobre outros não constantes do roteiro, venderá os bilhetes para as viagens de visitas.

#### **Itinerário**

Saída da base (mercado) até a Fafi, daí ao Forte de São João (marco da defesa da então Capitania do ES). Retorno passando pela Gruta da Onça, dali até a Praça Costa Pereira e ao Teatro Carlos Gomes; em seguida, segue para a Igreja do Rosário e de lá à Escola de Samba Piedade; vai à Cidade Alta, passando pelo Palácio Fonte Grande e pelo antigo Colégio Nacional. O ponto seguinte é a Mitra Arquidiocesana, e posteriormente, o Convento de São Francisco. O retorno se dá pela Igreja de Santa Luzia (a mais antiga do estado), em seguida, passando pela Catedral Metropolitana, antiga Assembleia Legislativa, Palácio Anchieta e túmulo de Anchieta, no térreo desse palácio. A seguir se veráo Parque Moscoso, seguido pela Vila Rubim, a Ponte Seca (que ligava a Ilha do Príncipe à cidade de Vitória) e as Cinco Pontes

(que ligavam a cidade ao continente). Por fim, retornar-se-á pelo Porto de Vitória à base.

Mapa da Região 1



Fonte: acervo da PMV

Mercado da Capixaba



Fonte: Acervo da PMV

O Mercado da Capixaba, com 1.581m<sup>2</sup> de área construída, foi projetado pelo arquiteto checo Joseph Pitilick e construído em 1926, na Avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro, no governo Florentino Avidos. Foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983, mediante a Resolução nº 2/1983, Livro do tomo, inscrição nº 29, folhas 3v e 4.

### **Projeto B**

Corta e Cose: consiste na montagem de uma pequena fábrica, que contará com uma mesa de corte e duas máquinas, uma *overlock*, para fechar as laterais e mangas das camisas, e uma galoneira, para costurar os colarinhos. As camisas produzidas no Corta e Cose serão enviadas para o Projeto Pinta e Borda, no qual serão ornamentadas e comercializadas na sede do programa.

### **Projeto C**

Pinta e Borda: é constituído pela montagem de uma estamperia e ateliê, cujos integrantes confeccionarão telas com frases e imagens dos pontos turísticos do centro da cidade e as estamparão nas camisas produzidas no Corte e Cose. Serão, ainda, pintados e bordados panos de pratos, toalhas de mesa, cangas e outras peças, comercializadas em barracas ou boxes dentro da sede do programa.

### **Projeto D**

Fazendo Arte: consiste na produção de peças de gesso decoradas e de bijuterias também comercializadas na sede do programa.

### **Projeto E**

Comida Capixaba: consiste na montagem de uma pequena cozinha, onde serão produzidas comidas típicas do estado, como moquecas, peixes fritos, empanados, salgados, tapiocas etc. Toda a produção será comercializada na sede do programa.

### **Projeto F**

Formar, Capacitar e Informar: trata-se de uma equipe de formação permanente que tem por objetivo promover tanto a formação e a capacitação dos integrantes dos diversos projetos que integram o programa quanto rodas de conversas e orientações sobre as áreas de gestão

financeira de negócios, qualificação profissional nas áreas de produção de roupas íntimas, cama e mesa, alimentação e técnicas de compra e vendas. Pode, ainda, promover oficinas voltadas para a formação de cooperativas em algumas áreas de produção e comercialização.

**Anexo A**

Estátua Dona Domingas



Fonte: acervo arte fora do museu.

**Anexo B - Texto escrito por Índia Livre em 28 de março de 2016.**

“Ó Deus, as vezes preciso escrever em forma de oração, pois para mim é uma forma sincera e calma de falar com o senhor.”

Deus, o senhor já tem me dado mais do eu imaginava ter. Quero dizer que te amo acima de tudo, e quando eu coloquei minha vida em tuas mãos, realmente para dizer que essa nova história é a mais feliz de toda a minha vida. Vejo o quanto o senhor tem cuidado de nós, mesmo eu sendo ser humano falho e pecador.

O senhor tem sido tão cuidadoso conosco. Sei que já falei várias vezes com o senhor que a felicidade não existia mais pra mim, mas quem sou eu para fazer ou desfazer os planos do senhor. Deus eu posso te dizer o quanto estou e sou feliz. Outrora vivia momentos de felicidades, mas o senhor coloca ao meu lado um homem, um Davi guerreiro, valente cuidadoso que trouxe à tona em minha vida, uma família que outrora não imaginava ter; mas o senhor com sua plena misericórdia colocou Davi (identificado nesse trabalho como Devil) na minha vida. Muito obrigado por nunca ter desistido de mim e fazer com que minha família também não desista. Obrigado por ter me dado outra família que já amo muito. Um filho que nem conheço pessoalmente, mas posso dizer que o senhor tem um propósito em cada coisa com nossas vidas. Agora que as escamas que estavam em meus olhos foram tiradas, posso ver que tenho quem me ama, além do senhor que já me ama acima de tudo.

Obrigado por tudo! Até as coisas que eu ainda não posso contemplar e as que o senhor já tem feito. Eu te amo!

Deus, quero sempre está voltando ao primeiro amor com o senhor. Que vai calar o meu coração? eu vou romper a multidão!

Nós, eu e minha família e familiares, até as que o senhor me deu. Em nome de Jesus, amém!  
Te amo!”